

**FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ENSINO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CURSOS DE FISIOTERAPIA DE
EXCELÊNCIA: INFLUÊNCIA DO CURRÍCULO**

CURITIBA
2020

GABRIELA LIMA DE OLIVEIRA SIMIONE

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CURSOS DE FISIOTERAPIA DE
EXCELÊNCIA: INFLUÊNCIA DO CURRÍCULO**

Dissertação apresentado como requisito parcial da avaliação para a conclusão do Curso de Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde, Faculdades Pequeno Príncipe - FPP.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Saad Vaz

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIELA LIMA DE OLIVEIRA

**“ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CURSOS DE FISIOTERAPIA:
INFLUÊNCIA DO CURRÍCULO”**

Dissertação **aprovada** como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a):


Prof. Dr. Rogério Saad Vaz

Doutor em Bioprocessos e Biotecnologia. Professor e Orientador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe.


Prof.ª Dr.ª Maria Rosa Machado Prado

Doutora em Processos Biotecnológicos. Professora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe.


Prof.ª Dr.ª Mara Eli de Matos

Doutora em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia. Professora de Graduação da Faculdade Educacional da Lapa/PR.

Curitiba, 30 de abril de 2020.



ASSOC HOSPITALAR DE PROT INFÂNCIA DR RAUL CARNEIRO
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE

AV. IGUAÇÚ, 333 • CURITIBA, PR, Brasil • CEP 80230-020 • tel.: (41) 3310-1500 • secretaria@fpp.edu.br
www.faculdadespequenoprincipe.edu.br • CNPJ: 76.591.569/0001-30 / Inscrição Estadual: ISENTO / Inscrição Municipal: 080105037594

RESUMO

SIMIONE, G. L. O. **Análise comparativa entre Cursos de Fisioterapia de excelência: influência do currículo.** Dissertação (Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Ciências da Saúde, Faculdades Pequeno Príncipe - FPP, Curitiba, 2020.

O exponencial crescimento da educação superior no Brasil, em teoria, possibilita ao mercado, a disponibilidade de profissionais capacitados para desenvolver com competência a função atribuída. Concomitantemente na área da Saúde, foi observado um significativo avanço no interesse pelo curso de Fisioterapia, culminando assim, na expansão de oferta do curso em Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas por todo o território nacional. Tal crescimento, gera a necessidade de um parâmetro no ensino, garantindo a qualidade da informação em todos os Cursos de Fisioterapia pelo Brasil. Sobretudo, através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Fisioterapia, são definidas as bases em âmbito nacional, da organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Fisioterapia no Brasil. Visto que, o ensino superior propõe formar profissionais capazes de resolver as questões em diferentes contextos da comunidade, além de produzir conhecimento científico. Sendo assim, é necessário que haja avaliação dos Cursos de Fisioterapia, para que, a partir dos dados gerados, possam atribuir a mudança necessária para que os cursos tenham em seu desempenho o nível de excelência. O objetivo geral é avaliar os Cursos de Fisioterapia para observação de suas características, produtividade, semelhanças e diferenças. Os objetivos específicos são relatar o cenário global dos Cursos de Fisioterapia, apontar os indicadores que tratam da excelência para os Cursos de Fisioterapia e caracterizar o perfil das instituições o nível de produção acadêmica. A pesquisa trata-se de uma revisão integrativa, a busca se deu na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Os critérios de inclusão foram: Texto completo, Assunto e Resumo de conteúdo pertinente a pesquisa, Material disponível a partir de 2003, publicados em português. Inicialmente foram encontrados 5.052 artigos, após seleção, a amostragem final foi de 15 artigos que, após leitura sistematizada, foram subdivididos em Eixos, assim intitulados: A formação em Fisioterapia; Diretrizes Curriculares e o Currículo e Avaliação e Indicadores como ferramenta de seleção. Os resultados desse estudo apontam que, cada vez mais, os indicadores devem ser adequados ao modelo vigente de educação, que a avaliação deve ser contínua e o Currículo deve buscar estratégias pedagógicas pautadas em cenários de práticas e metodologias que estimulem o autoaprendizado. Esta pesquisa se propôs a contribuir para a rediscussão dos indicadores em relação ao conteúdo curricular, pautado na DCN nos cursos de Graduação em bacharelado em Fisioterapia, sua funcionalidade e auxílio para o crescimento acadêmico e profissional de futuros fisioterapeutas. Ainda que, o Currículo tenha cunho

tradicional, acredita-se na necessidade de modificar os métodos tradicionais de ensino, para refletir no profissional/cidadão e seus serviços junto à comunidade.

Palavras-Chave: Fisioterapia. Avaliação do Ensino Superior. Indicadores de Desempenho. Currículo. Indicadores Avaliativos. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

The exponential growth of higher education in Brazil, in theory, allows the market, the availability of trained professionals to competently develop the assigned function. Concomitantly in the Health area, a significant advance in interest in the Physiotherapy course was observed, culminating, thus, in the expansion of the course offer in Public and Private Higher Education Institutions throughout the national territory. Such growth generates the need for a parameter in teaching, guaranteeing the quality of information in all Physiotherapy Courses in Brazil. Above all, through the National Curricular Guidelines of the Physiotherapy Graduation Course, the bases are defined at the national level, of the organization, development and evaluation of the pedagogical projects of the Physiotherapy Courses in Brazil. Since, higher education proposes to train professionals capable of solving issues in different contexts of the community, in addition to producing scientific knowledge. Therefore, it is necessary to evaluate the Physiotherapy Courses, so that, based on the data generated, they can attribute the necessary change so that the courses have the level of excellence in their performance. The general objective is to evaluate the Physiotherapy Courses in order to observe their characteristics, productivity, similarities and differences. The specific objectives are to report the global scenario of Physiotherapy Courses, to point out the indicators that deal with excellence for Physiotherapy Courses and to characterize the profile of the institutions and the level of academic production. The research is an integrative review, the search took place in the database of the Virtual Health Library (VHL). The inclusion criteria were: Full text, Subject and Summary of content relevant to the research, material available since 2003, published in Portuguese. Initially, 5,052 articles were found, after selection, the final sample was 15 articles that, after systematic reading, were subdivided into Axes, thus entitled: Physiotherapy training; Curricular Guidelines and the Curriculum and Evaluation and Indicators as a selection tool. The results of this study show that, more and more, the indicators must be adapted to the current model of education, that the evaluation must be continuous and the Curriculum must seek pedagogical strategies based on scenarios of practices and methodologies that encourage self-learning. This research aimed to contribute to the rediscussion of the indicators in relation to the curricular content, based on Curricular Guidelines in the undergraduate courses in Bachelor of Physiotherapy, its functionality and assistance for the academic and professional growth of future physiotherapists. Although the Curriculum has a traditional nature, it is believed that there is a need to modify traditional teaching methods to reflect on the professional / citizen and their services with the community.

Keywords: *Physiotherapy. Higher Education Evaluation. Performance indicators. Curriculum. Evaluative Indicators. Curricular Guidelines.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Processo de revisão integrativa.	43
Figura 2 - Palavras - chave, Grupo 1.	44
Figura 3 - Palavras - chave, Grupo 2.	45
Figura 4 - Seleção inicial Grupo 1	54
Figura 5 - Seleção inicial Grupo 2.	54
Figura 6 - Número da seleção dos artigos filtrados para serem analisados.....	55
Figura 7 - A formação em Fisioterapia por assunto.....	57
Figura 8 - Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção por assunto	60
Figura 9 - Diretrizes Curriculares e o Currículo por assunto	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cursos de Fisioterapia no Brasil por Região	28
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Básica de um Sistema de Indicadores para o Ensino Superior	30
Quadro 2 - Composição do CPC e pesos das suas dimensões e componentes.	38
Quadro 3 - Assuntos por palavras-chave - Grupo 1	47
Quadro 4 - Assuntos por palavras-chave - Grupo 2	47
Quadro 5 - Matriz Analítica com três Eixos.	56
Quadro 6 - A formação em Fisioterapia	58
Quadro 7 - Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção	61
Quadro 8 - Diretrizes Curriculares e o Currículo.	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Curso de Fisioterapia no Brasil por Estado.....	25
Tabela 2 - Fisioterapia e Diretrizes Curriculares.	48
Tabela 3 - Fisioterapia e Ranking.....	48
Tabela 4 - Fisioterapia e Currículo.	49
Tabela 5 - Indicadores de Desempenho e Superior.	50
Tabela 6 - Indicadores de Desempenho e Educacional.	51
Tabela 7 - Indicadores de Desempenho e Avaliação.	52
Tabela 8 - Indicadores de Desempenho e Fisioterapia.	53

LISTA DE ABREVIATURAS

AVALIES	Avaliação das Instituições de Ensino Superior
BASIS	Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BBO	Bibliografia Brasileira de Odontologia
BDENF	Base de Dados em Enfermagem
BINACIS	<i>Bibliografía Nacional en Ciencias de la Salud</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEPES	<i>European Centre for Higher Education</i>
CI	Conceito Institucional
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CUME	Centro Nacional de Informação de Ciências Médicas de Cuba
CVS	Campus Virtual de Saúde
DAES	Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FCC	Fundação Carlos Chagas
GUAL	Gestão Universitária na América Latina
IBECS	<i>Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRIS	<i>Institutional Repository for Information Sharing</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEC	Ministério da Educação
MEDLINE	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
NA	Nota referente às Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional
NC	Nota dos Concluintes no ENADE
ND	Nota de Proporção de Doutores
NF	Nota referente à Infraestrutura e Instalações Físicas
NIDD	Nota do Indicador da Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
NM	Nota de Proporção de Mestres
NO	Nota referente à Organização Didático-Pedagógica
NR	Nota de Regime de Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde.
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PAHO	<i>Pan American Health Organization</i>
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RHS	Recursos Humanos em Saúde
RI	Revisão Integrativa
SAEG	Sistema de Avaliação de Escolas de Governo
SC	Sem Conceito
SESB	Sistema de Educação Superior Brasileiro
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO-CEPES	<i>United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization/Centre Européen pour l'Enseignement Supérieur</i>
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	18
2.2 CURRÍCULO	20
2.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	20
2.4 O CURSO DE FISIOTERAPIA NO BRASIL	22
2.5 AVALIAÇÃO POR INDICADORES	28
2.6 INDICADORES DE AVALIAÇÃO NO BRASIL	31
2.7 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	34
2.8 A PERCEPÇÃO E O PROCESSO FORMATIVO.....	36
2.9 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC).....	37
2.10 AVALIAÇÃO <i>IN LOCO</i>	39
3 METODOLOGIA	41
3.1 COLETA DE INFORMAÇÕES	44
3.2 AVALIAÇÃO DE DADOS	46
3.2.1 Palavras-chave (Grupo 1).....	46
3.2.2 Palavras-chave (Grupo 2).....	47
3.3 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXO A	77

1 INTRODUÇÃO

A prática de Fisioterapia no Brasil iniciou-se há 100 anos. O primeiro curso de Fisioterapia foi relatado em 1951, inicialmente em formato técnico de 2 anos de duração, com matriz curricular centralizada em disciplinas básicas da saúde. Não apresentava procedimentos invasivos, tendo como fundamental função a reabilitação. Alguns autores da época relatam, por considerarem o curso em Fisioterapia o mais próximo a medicina, que o perfil estudantes que ingressaram no curso de Fisioterapia, era de indivíduos que almejavam ser médicos, com efeito, de que quando formandos os fisioterapeutas tinham caráter de auxiliar técnico do médico, ou seja, realizavam o tratamento de acordo com a prescrição do mesmo.

A partir de novas regulamentações, houve o reconhecimento do curso de Fisioterapia como profissão de nível superior por meio do Decreto-Lei 938 de 13 de outubro de 1969 em seu Art.2 (BRASIL, 1969). Desde então, o curso vem ampliando especificações para aprimorar a formação, constituindo disciplinas complementares, com competências de nível superior. De acordo com Castro (2007), no ensino superior à forma prevalece sobre o conteúdo em muitas questões. Há o aumento de conteúdo, refletindo no desenvolvimento do conhecimento, todavia os conteúdos ainda parecem estar atrelados o ensino tecnicista de 1951.

Segundo Castro (2007), a pesquisa brasileira cresceu significativamente, mas foi o resultado da ação das agências de fomento e não da política universitária. Desde o início a Fisioterapia é secundária a outros interesses, em 1919 as práticas foram implementadas pela necessidade de reabilitação pós incentivos a radiologia. No ensino, também, houve a necessidade de reformulação com a finalidade de atender a demanda dos clientes e as novas resoluções de ensino.

De fato, que, os planos educacionais brasileiros, por tradição são elaborados sobre a incumbência de gabinetes ministeriais ou de comissões contratadas para este fim. Ostentam, em sua grande maioria, programas ou projetos com características setoriais, pontuais, e enfoques meramente economicistas. A maioria deles vincula a educação e o desenvolvimento, visando formar “recursos humanos, capital humano”, sem conceber a educação como instrumento que, a serviço de todos, possibilite aumentar a probabilidade da criação científica, artística e cultural, resultando em emancipação social e política (CASTRO 2007).

O incentivo a criação científica, por vezes sobrepõe a necessidade do cuidado. Ou seja, é notório que se tem o “recurso humanos e capital humano”, não humanizado. São as questões político econômicas que se sobrepõem a necessidade real dos usuários dos serviços fisioterápicos. A formatação do ensino é fragmentada e dissocia o ser humano e suas questões empíricas, do conhecimento anátomo-fisiológico a ele aplicado.

Conforme Castro (2007), o que destrói o tecido da organização universitária é o desrespeito pelas regras elementares, pelo contrato social interno à instituição. Há um cronograma, um plano de ensino a ser cumprido. Teoricamente o basilar, ao ensino, supõe-se que o professor tenha os assuntos da aula preparados para que se possa fazer bom uso do tempo. Supõe-se que o domínio das matérias do currículo exija considerável esforço dos estudantes, bem além do período de aula. Pressupõe-se que dentro desse contexto, é o suficiente para que haja um ensino de qualidade.

O ensino superior brasileiro é confuso e variado, devido a discrepância significativa na qualidade de ensino. Há cursos com conceito 5 em contrapartida outros com nota 1 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), porém, os cursos conceituados são prejudicados por serem abordados da mesma forma que os menos conceituados. Pois a disparidade de conceito entre as instituições, além de ser um problema institucional e pode ser considerado também um problema social, visto que de acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Fisioterapia em seu Art. 6º os conteúdos devem estar atrelados as necessidades da comunidade, relacionado ao processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade do serviço em fisioterapia (BRASIL, 2002). Uma vez que a não garantia de qualidade do ensino adquirido pelo formando, pode atingir a imagem do profissional por refletir principalmente no tratamento que desenvolvem junto ao cliente.

O Brasil tem o essencial para conquistar em seus cursos de ensino superior o nível de excelência: muitos professores competentes; uma rede física de porte respeitável; muitos mestres e doutores de nível internacional; uma ciência com acelerado crescimento evidenciado mundialmente, a partir da década de 1980. Contudo, o país não possui grande representação no ranking mundial das universidades, de todas as suas instituições com seus diversos cursos, apenas uma

está classificada entre as 120 melhores do mundo e entre os 3 melhores da América Latina (MARTINS, 2000).

De acordo com Saviani (2011), a educação superior tem o dever de reverter a tendência traduzida na dualidade entre “universidades de pesquisa” e “universidades de ensino”, estas agora eufemisticamente chamadas pelo Ministério da Educação (MEC) de “centros universitários”. Em verdade, a configuração que se preocupa com as nomenclaturas, e requisitos para seu funcionamento, dando menor importância a qualidade e aos objetivos. São engessados com as exigências previstas no Art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 a Constituição de universidades, priorizando a titularidade, não tendo como peso parcial a vivência e experiência (BRASIL, 1996).

Visto que o caminho entre a pesquisa e o ensino, deve ser paralelo, corroborando tal necessidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Fed. n. 9394/96) no seu Artigo 43, Inciso III, do Capítulo IV, institui como uma das finalidades do ensino superior:

incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 2010).

Segundo Laranjeiras, Albuquerque e Fontes (2011) por conceber o espaço acadêmico como meio mais adequado a produção de novos saberes, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no seu Artigo 43, Inciso III, do Capítulo IV, institui como uma das finalidades do ensino superior: “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”. (BRASIL, 2010). Sabe-se que para que haja o desenvolvimento do conhecimento é necessário a pesquisa, fundamentar-se em questões antigas e buscar novas soluções, alcançar brevidade na resolução de questões atuais.

Para tanto, Ferrari (1982, p.2) aponta para a relevância da ciência como a expressão do desejo humano de domínio sobre a natureza e, de compreensão da sociedade e do comportamento do indivíduo, ressaltando ser ela, “uma forma especial de conhecimento da realidade [...] um conhecimento racional, portanto reflexivo, sustentado numa lógica racional”. Efetivamente, é notória a diferença da

formação de profissionais no ambiente de produção de conhecimento por meio de experiências propiciadas pela instituição e sob influência da internacionalização formá-los a margem dessa possibilidade.

Visto que, o incentivo a busca do conhecimento e a destreza quanto as habilidades são fundamentais no desenrolar na qualidade do serviço em fisioterapia, é preciso que a formação de base seja de qualidade, tal conceito é dependente de avaliadores de desenvolvimento, que possibilitem a garantia da excelência do ensino. Deste modo o que torna o curso de Fisioterapia de uma Instituição Superior melhor avaliado que os outros cursos e como pode ser avaliado o conhecimento adquirido, pelos formandos, para que estejam preparados para cumprir suas funções refletindo no perfil do profissional fisioterapeuta e tendo relevância atrelada as necessidades junto ao serviço de saúde prestado a comunidade.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar os Cursos de Fisioterapia para observação de suas características, produtividade, semelhanças e diferenças.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relatar o cenário global dos Cursos de Fisioterapia;

Apontar os indicadores que tratam da excelência para os Cursos de Fisioterapia.

Caracterizar o perfil das instituições o nível de produção acadêmica;

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. No capítulo 1 apresenta-se a introdução do tema deste trabalho, detalhando os objetivos a serem alcançados. No capítulo 2 é apresentada uma revisão bibliográfica sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a história da Fisioterapia no Brasil, que corroboram para melhor compreender o perfil formador das escolas e os impactos sobre a qualidade do ensino. No capítulo 3 é descrita a metodologia adotada para execução. O capítulo 4 apresenta a discussão dos resultados encontrados por meio dos artigos selecionados e analisados. Por fim, no capítulo 5 é apresentado as devidas sugestões futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo estão descritos os mecanismos para a compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais e a história da Fisioterapia no Brasil, que corroboram para melhor compreender o perfil formador das escolas e os impactos sobre a qualidade do ensino.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Legalmente a gestão universitária teve por primeira vez regência o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, onde definia que a educação superior no país “obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das Universidades é instituída no presente decreto”. Atualmente, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No capítulo IV da LDB trata exclusivamente da educação superior, em seu Art. 43 define as finalidades da educação superior, a saber:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

As Instituições de Ensino Superior (IES) podem ser classificadas em públicas ou privadas. As instituições públicas de ensino são mantidas pelo Poder Público, podendo ser Federal, Estadual ou, ainda, Municipal. As IES de cunho privado podem apresentar finalidade de lucro ou sem fins lucrativos, sendo estas, divididas em comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, 1996).

De acordo com definições obtidas em consequência das denominações das IES quanto à classificação acadêmico-administrativa, as IES podem ser definidas em universidade, centro universitário, faculdade e instituto federal.

Por meio da LDB a Universidade concerne à instituição acadêmica pluridisciplinar que considera a produção intelectual institucionalizada, além de apresentar requisitos mínimos de titulação acadêmica (um terço de mestres e doutores) e carga de trabalho do corpo docente (um terço em regime integral). Tem autonomia para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmarem contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitando as legislações vigentes e a norma constitucional. Em suma, pode-se afirmar quanto a Universidade, de acordo com Wanderley (2003), que as finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em decorrência da Portaria n.º 639, de 13 de maio de 1997, em seu art. 11, os centros universitários poderão exercer, em sua sede, a autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, conforme o disposto no Decreto n.º 2.207, de 15 de abril de 1997 (BRASIL, 1997). O Centro Universitário é instituição pluricurricular, que abrange uma ou mais áreas do conhecimento. Portanto não apresenta o requisito da pesquisa institucionalizada. A Faculdade é a categoria que inclui institutos e organizações equiparadas, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006 (BRASIL, 2006). Contudo, não tem a função de promover a pós-graduação (*stricto-sensu*).

A denominação remonta à Lei 11.892/08, que renomeou os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Técnicas à Institutos Federais são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação (BRASIL, 2008).

2.2 CURRÍCULO

Compreende-se o currículo como um dispositivo responsável pelo processo de ensino aprendizagem e inclusão dos estudantes dentro do curso de graduação, pois compreende estratégias pedagógicas, organização de diferentes instrumentos de ensino e possíveis adaptações curriculares (SILVA e CEZAR, 2015). Para Silva (2005) “O currículo é documento de identidade” pois possibilita englobar poder, percurso, a vida dos sujeitos, os contextos e discursos, por isso, deve ser flexível, problematizado e reestruturado de acordo com cada IES por abranger a estrutura do curso.

A Universidade precisa exercer suas funções de ensino, pesquisa e extensão, sendo assim, a composição de conhecimento precisa sobrepor a imposição de saberes, técnicas ou ao conceito pronto, deve estar pautada de forma dinâmica e estruturada, considerando o conhecimento prévio daqueles que buscam conhecimento, ou seja, sendo significativo na sua vivência. Nesse sentido Morin (2001) afirma que “o desenvolvimento de aptidão para contextualizar e globalizar os saberes torna-se um imperativo da educação”.

De acordo com Silva e Cézár (2015), o currículo corporifica os nexos entre o saber, poder e identidade em contrapartida segundo Saviani (2010, p. 24):

Com respeito às origens do emprego do termo currículo na educação, Hamilton (1991, pp. 197-205) faz notar sua ligação com as ideias de unidade, ordem e sequência dos elementos de um curso, e, a elas subjacentes, as aspirações de se imprimir maior rigor à organização do ensino. Associa-se, portanto, à ideia de formalização, envolvendo plano, método, controle.

Delineando o plano, método e controle, por conta da listagem de disciplinas e conteúdo específicos e essenciais de áreas de saber de um curso.

2.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

As Instituições de Ensino Superior devem empregar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que constituem orientações para a elaboração dos currículos de graduação. Proporcionando às instituições autonomia na composição da matriz curricular incentivando, portanto, a competências que vivenciem à prática profissional. Propiciando a articulação entre a teoria e a

prática, além de estimular as práticas de estudo independente visando autonomia intelectual e profissional, encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar (BRASIL, 2001).

Conforme parecer CNE/CES nº. 583/01, as DCN para os cursos de saúde foram subdivididas de acordo com o curso de graduação, dando legalidade a questões como a duração do curso e carga horária a critério de um parecer para cada curso. Por conseguinte, alguns itens se aplicam a todos os cursos de saúde: (a) Perfil do egresso; (b) Competências, habilidades e atitudes; (c) Habilitações e ênfases; (d) Conteúdos curriculares; (e) Organização do curso; (f) Estágios e atividades complementares; (g) Acompanhamento e avaliação.

A partir da Resolução CNE/CES 4/2002, todas as instituições de ensino superior que oferecem graduação em Fisioterapia devem estar fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. Os conhecimentos requeridos para o exercício da profissão têm respaldo no artigo 4º, a DCN que estabelece:

- I- Atenção à saúde: devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo.
- II- Tomada de decisões: visando o uso apropriado, eficácia e custo efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas.
- III- Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade.
- IV- Liderança: envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- V- Administração e gerenciamento e
- VI- Educação permanente: ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática.

Os currículos criados a partir das orientações das DCN dos cursos de graduação em Fisioterapia lidam com a integralidade do saber, modificaram a duração do curso para 5 anos, ajustaram a carga horária total, bem como as horas de estágio supervisionado (BRASIL, 2002). Os cursos de graduação passaram a ser orientados em seis aspectos: 1) Perfil do formando egresso/profissional; 2) Competências e habilidades gerais e específicas; 3) Conteúdos curriculares; 4) Estágios e atividades complementares; 5) Organização do curso; 6) Acompanhamento e avaliação.

Segundo Cobra *et al.* (2018), a importância das DCN não está circunscrita apenas ao aspecto legal e normativo da formação dos profissionais da área de saúde. Devem ser planejados e adequados conforme os direcionamentos das

DCN, a fim de permitir a integração ensino/serviço e aproximar de forma ampliada esta relação de teoria e prática aplicada a comunidade.

2.4 O CURSO DE FISIOTERAPIA NO BRASIL

A prática de Fisioterapia no Brasil é recente. Os primeiros relatos de atividades fisioterápicas no país datam em 1919, quando foi fundado o Departamento de Eletricidade Médica pelo Professor Raphael de Barros da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (MARQUES e SANCHES, 1994).

Em 1929, o médico Dr. Waldo Rolim de Moraes instalou o serviço de Fisioterapia no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (MARQUES e SANCHES, 1994). A priori, a Fisioterapia poderia ser considerada uma especialidade médica com a aplicação técnica fisioterapêutica, pois os médicos avaliavam os doentes, prescrevem a técnica a ser utilizado, o tempo de utilização, o local de aplicação e a intensidade, restando aos técnicos à tarefa de executá-las fielmente.

Houve então, a necessidade de oportunizar um curso de Fisioterapia que formasse profissionais para atender a demanda dos hospitais, de forma que executassem o serviço prestado, prescrito em detalhes, quanto as metodologias e séries, por médicos especialistas, ou seja, o objetivo era a formação de técnicos em Fisioterapia. Sendo assim, em 1951 o Dr. Rolim, planejou o primeiro Curso de Fisioterapia do Brasil, patrocinado pelo centro de estudos Raphael de Barros (MARQUES e SANCHES, 1994).

As aulas eram ministradas no Instituto Central do Hospital das Clínicas, por médicos do Instituto. As disciplinas eram pouco específicas e estavam dirigidas especialmente para a reabilitação, que era o aspecto mais importante à época. Com duração de dois anos, de acordo com o padrão estabelecido pela Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), ao final do curso os estudantes submetiam-se a uma prova teórica e uma avaliação teórico-prática, com a participação de fiscais (médicos e enfermeiras) do Serviço de Fiscalização Profissional do Estado de São Paulo (MARQUES e SANCHES, 1994).

De acordo com Freitas (2006) o primeiro currículo em 1964 era composto das seguintes disciplinas: Fundamentos de Fisioterapia, Ética, História da Reabilitação, Administração Aplicada, Fisioterapia Geral e Fisioterapia Aplicada. A elaboração desse currículo foi baseada na Portaria nº 388/63, em que o relator, segundo Rebellato e Botomé (1987, p.53), faz a seguinte consideração sobre esse currículo:

considerando a falta de experiência, de professores habilitados, de instalações, de laboratórios e de equipamentos, decidiu que as aprendizagens que deveriam fazer parte do repertório dos futuros profissionais fisioterapeutas (então denominados Técnicos em Fisioterapia) deveriam basear-se em um esquema modesto e exequível.

Saliente-se ainda que Marques (2015) afirma que no decorrer da trajetória do profissional de Fisioterapia no Brasil, iniciaram como técnicos em Fisioterapia, evoluindo para auxiliares, o que reforça por meio do Parecer nº 388, de 1963, do Conselho Federal de Educação diz que:

a referida Comissão insiste na caracterização desses profissionais como auxiliares médicos que desempenham tarefas de caráter terapêutico sob a orientação e responsabilidade do médico. A este cabe dirigir, chefiar e liderar a equipe de reabilitação, dentro da qual são elementos básicos: o médico, o assistente social, o psicólogo, o fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional [...].

Não compete aos dois últimos o diagnóstico da doença ou da deficiência a ser corrigida. Cabe-lhes executar com perfeição, aquelas técnicas, aprendizagens e exercícios recomendados pelo médico, que conduzem à cura ou à recuperação dos parcialmente inválidos para a vida social. Daí haver a Comissão preferido que os novos profissionais paramédicos se chamassem Técnicos em Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

A ausência de autonomia em relação ao serviço é fundamentada no Currículo do curso de Fisioterapia. De certo que, em relação a esse primeiro currículo, é visível a introdução ao conhecimento básico para a execução de atividades em um espaço específico, ou seja, elementos que supram a necessidade de habilidades e conteúdo para o serviço em fisioterapia na vertente de “reabilitação.

Em 1983 tem-se o currículo oficial, Resolução nº 04/83 do CFE, ampliou o tempo do curso para no mínimo quatro e no máximo oito anos de duração, com carga horária mínima de 3.240 horas, instituindo-o em sistema de ciclos, sendo distribuídos em: I – Ciclo de Matérias Biológicas; II – Ciclo de Matérias de Formação Geral; III – Ciclo de Matérias Pré-Profissionalizantes; IV – Ciclo de Matérias Profissionalizantes (FREITAS, 2006).

Apesar de reformular e estender o currículo mantém a característica de fragmentação de conteúdo. De acordo com Centurião (1997) quanto a Fisioterapia, o ciclo de matérias básicas e profissionalizantes apresenta-se hierarquizado e a atividade prática é oferecida tardiamente, por meio de ambientes protótipos onde o aluno aplicará os conhecimentos universais e invariantes adquiridos nas etapas anteriores. Fornecendo conteúdo teórico sem correlacionar com a prática, distanciando a estrutura anátomo-funcional do sujeito e suas questões socioculturais.

De acordo com Brandenburg e Martins (2012), no período de 1957 a 1969 existiam seis instituições de ensino superior formando fisioterapeutas. Dos 600 fisioterapeutas formados no período, aproximadamente 80% dedicaram-se a reabilitação, 10% se dedicaram a outras áreas da Fisioterapia e 10% abandonaram a profissão. Em virtude que, tal dado reafirma a modelagem de atenção de aspecto reabilitador, na atenção à saúde.

O contexto da Fisioterapia brasileira em meados do século XIX e no XX foi um marco da aceitação e reconhecimento da importância que os profissionais médicos depositavam sobre esta área do conhecimento, de forma mais ou menos acertada, que permitiu o registro, inclusive, verdadeiras disputas pelo conhecimento e domínio da Fisioterapia. De acordo com Barros (2003), foram produzidas nesse período várias teses para obtenção do grau de Doutor em medicina baseadas em estudos, sobre a Fisioterapia na virada do século.

Foram aprovadas as DCN para os Cursos de Graduação em Fisioterapia de acordo com seu Art 10, a partir de 2002, a fim de assegurar a padronização de currículo nos cursos de Fisioterapia. A DCN define os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação do fisioterapeuta. Todavia é de responsabilidade da IES elaborar e disponibilizar seu projeto pedagógico, em consonância com a Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002, nos termos a seguir:

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Fisioterapia deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

Art. 9º O Curso de Graduação em Fisioterapia deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito

da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência (BRASIL, 2002).

O crescimento da profissão nas últimas décadas, pode ser notada na disponibilidade de oferta do curso em todo território nacional. A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentados a seguir foram adaptados a partir de dados coletados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2016. A Tabela 1 apresenta as Escolas de Fisioterapia no Brasil por Estado suas instituições e quantidade Turmas ofertadas.

Tabela 1 - Curso de Fisioterapia no Brasil por Estado.

Fisioterapia	Número de Instituições que Fornecem o Curso			Número de Turmas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Rondônia	7	.	7	7	.	7
Acre	2	.	2	2	.	2
Amazonas	6	1	5	7	2	5
Roraima	1	.	1	1	.	1
Pará	9	2	7	10	3	7
Amapá	4	1	3	4	1	3
Tocantins	4	1	3	4	1	3
Maranhão	7	.	7	7	.	7
Piauí	14	2	12	14	2	12
Ceará	17	1	16	18	1	17
Rio Grande do Norte	7	1	6	9	2	7
Paraíba	13	2	11	13	2	11
Pernambuco	24	2	22	25	2	23
Alagoas	10	1	9	10	1	9
Sergipe	6	1	5	7	2	5
Bahia	45	3	42	47	3	44
Minas Gerais	55	7	48	63	8	55
Espírito Santo	10	1	9	10	1	9
Rio de Janeiro	25	2	23	48	2	46
São Paulo	104	10	94	146	13	133
Paraná	34	5	29	37	6	31
Santa Catarina	21	5	16	24	6	18
Rio Grande do Sul	30	4	26	37	4	33
Mato Grosso do Sul	9	1	8	9	1	8
Mato Grosso	14	.	14	14	.	14
Goiás	21	4	17	21	4	17
Distrito Federal	11	1	10	12	1	11

Fonte: Adaptado do Inep (2016).

Como pode ser observado o Estado de Rondônia apresentou um total de 7 Turmas de Fisioterapia, todas as 7 fornecidas por IES. O Acre apresentou um Total de 2 IES Privadas que forneciam o curso de Fisioterapia, sendo no total de 2 Turmas. O Amazonas apresentou um total de 6 IES (1 Pública e 5 Privadas) que fornecem o curso de Fisioterapia, oferecendo 7 Turmas (2 Públicas e 5 Privadas). Em Roraima 1 Turma ofertada por 1 IES Privada. No Pará 9 IES (2 Públicas e 7 Privadas) sendo que disponibilizam 10 Turmas (3 Públicas e 7 Privadas). Já o Amapá tem 4 IES (1 Pública e 3 Privadas) correspondendo a 4 Turmas (1 Pública e 3 Privadas). Logo o Tocantins possui 4 IES (1 Pública e 3 Privadas) correspondendo a 4 Turmas (1 Pública e 3 Privadas).

O Estado de Maranhão tem 7 Turmas de Fisioterapia, todas as 7 fornecidas por IES. O Piauí apresentou um Total de 14 IES (2 Públicas e 12 Privadas) que forneciam o curso de Fisioterapia, sendo no total de 14 Turmas (2 Públicas e 12 Privadas). O Ceará apresentou um total de 17 IES (1 Pública e 16 privadas) que fornecem o curso de Fisioterapia, oferecendo 18 Turmas (1 Pública e 17 Privadas). No Rio Grande do Norte 7 IES (1 Pública e 6 Privadas) sendo que das 9 Turmas ofertadas (2 Pública e 7 Privadas). No Paraíba 13 IES (2 Públicas e 11 Privadas) sendo que disponibilizam 13 Turmas (2 Públicas e 11 Privadas). Já em Pernambuco tem 24 IES (2 Pública e 22 Privadas) correspondendo a 25 Turmas (2 Públicas e 23 Privadas). Logo Alagoas possui 10 IES (1 Pública e 9 Privadas) correspondendo a 10 Turmas (1 Pública e 9 Privadas). Em Sergipe existem 6 IES (1 Pública e 5 Privadas) correspondendo a 7 Turmas (2 Pública e 5 Privadas). Na Bahia tem 45 IES (3 Públicas e 42 Privadas) sendo que disponibilizam 47 Turmas (3 Públicas e 44 Privadas).

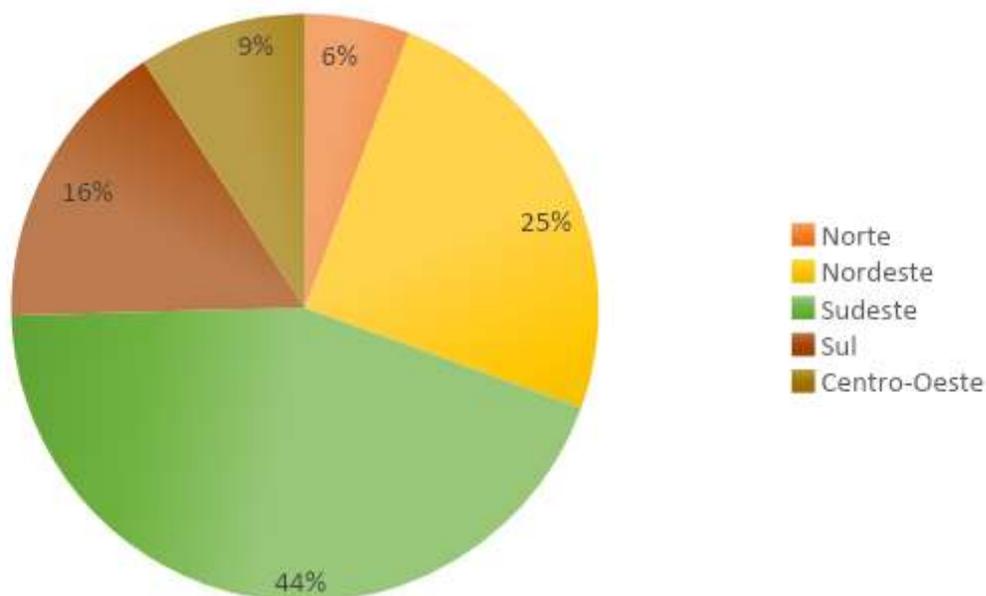
O Estado de Minas Gerais possui um total de 63 Turmas de Fisioterapia (8 Públicas e 55 Privadas), destas 55 fornecidas por IES (7 Públicas e 48 Privadas). O Espírito Santo apresentou um Total de 10 IES (1 Pública e 9 Privadas) que forneciam o curso de Fisioterapia, sendo no total de 10 Turmas (1 Pública e 9 Privadas). O Rio de Janeiro tem 25 IES (2 Públicas e 23 Privadas) que fornecem o curso de Fisioterapia, oferecendo 48 Turmas (2 Públicas e 46 Privadas). Em São Paulo são 104 IES (10 Públicas e 94 Privadas) sendo que das 146 Turmas ofertadas (13 Públicas e 133 Privadas).

No Estado do Paraná tem 34 IES (5 Públicas e 29 Privadas) sendo que disponibilizam 37 Turmas (6 Públicas e 31 Privadas). Já em Santa Catarina tem 21 IES (5 Públicas e 16 Privadas) correspondendo a 24 Turmas (6 Públicas e 18 Privadas). Logo Rio Grande do Sul possui 30 IES (4 Públicas e 26 Privadas) correspondendo a 37 Turmas (4 Públicas e 33 Privadas).

No Estado do Mato Grosso do Sul tem 9 IES (1 Pública e 8 Privadas) a ofertar 9 Turmas (1 Pública e 8 Privadas). Já no Mato Grosso há 14 Turmas do Curso de Fisioterapia ofertado por 14 IES Privadas. Em Goiás existem 21 IES (4 Públicas e 17 Privadas) correspondendo a 21 Turmas (4 Públicas e 17 Privadas). Na Capital brasileira, o Distrito Federal tem 11 IES (1 Pública e 10 Privadas) sendo que disponibilizam 12 Turmas (1 Pública e 11 Privadas).

É possível observar a considerável discrepância entre a quantidade de Turmas do curso de Fisioterapia versus a quantia de IES que ofertam o curso, justifica-se pois, a grande maioria dos cursos ofertados por IES públicas tem o regime de horas de caráter integral, em contrapartida, as IES privadas disponibilizam várias Turmas em períodos matutino, vespertino ou noturno. Pode-se observar também, que as IES Privadas são a maioria em todos os Estados, sendo que em alguns é a única forma de oferta dos cursos.

Para compreender a distribuição, de forma percentual, das Escolas de Fisioterapia no Brasil por Região, foram classificados conforme suas Regiões: Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), Região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) acrescentou-se também o Distrito Federal. Os dados obtidos na Tabela 1 sobre a quantidade de Turmas fornecidas por cada IES em seu Estado, foram selecionados originando o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Cursos de Fisioterapia no Brasil por Região

Fonte: Adaptado do INEP (2016).

De acordo com o Quadro 1, pode-se afirmar que a Região Norte apresentou 6%, a Região Nordeste com 25%, a Região Sudeste com 44%, a Região Sul com 16% e a Região Centro-Oeste com 9% do Total de Cursos do Brasil. Conforme os dados apresentados, pode-se classificar as Regiões Sudeste, Nordeste e Sul respectivamente em primeiro, segundo e terceiro lugar quanto a prevalência dos Cursos de Fisioterapia no território nacional.

2.5 AVALIAÇÃO POR INDICADORES

A avaliação da educação superior, atualmente, permite analisar o estágio de desenvolvimento da instituição quanto a requisitos prediais, corpo docente e discentes. Tal resultado avaliado permeia o conhecimento e possibilita nortear quanto áreas que precisam ser revisadas e reformuladas. Concomitantemente, há necessidade de medir esse fator socialmente transformador da educação, o conhecimento e aplicabilidade dentro e fora das instituições, diretamente beneficiando a comunidade. Nas palavras de Dourado (2017, p.24):

As instituições de ensino superior em seus mais diversos e complexos objetivos trazem ao indivíduo que a elas pertence uma mudança de vida, o que produz efeitos em toda a sociedade. Assim, avaliações e dados

que visam gerar indicadores de qualidade devem necessariamente levar em conta que a educação superior de qualidade gera transformação social,

Para Bertolin (2007a), no início da década de 1980 começaram a surgir os primeiros questionamentos acerca da qualidade em educação. Sendo assim, a indispensabilidade de avaliar a qualidade da educação superior e elaborar indicadores reflete no desenvolvimento sociocultural dos discentes e influencia diretamente na sociedade.

A informação para ser utilizada em qualquer organização fundamentalmente tem que ser exequível, de uso comum e adequada para que seja ponderada e deliberada. Conforme Fernandes (2004), assim surge o indicador, que é o agente tradutor da informação, democratizando o acesso às informações por todos os interessados, de maneira única e universal

É preciso pontuar que os indicadores são sinais que chamam a atenção sobre determinados comportamentos de um sistema (BOTTANI, 1998). Com efeito da necessidade de se explicitar a qualidade do ensino e tal forma diagnóstica, mediante ao rigor de informação sobre os sistemas escolares e os resultados dos investimentos educacionais. Com o fim de norteá-la em decisões futuras e possibilitar a reavaliação do sistema de Educação do Ensino Superior.

A composição do ensino de qualidade apresenta muitos vieses que dificultam elencar as instituições que apresentam cursos de excelência. Freitas, Rodrigues e Costa (2009) destacam que é essencial um sistema de avaliação do ensino superior seja capaz de monitorar as instituições e assegure que a qualidade da educação fornecida atenda aos padrões recomendados. Os autores reforçam que uma das formas de obter a eficiência deste sistema consiste em avaliar continuamente o desempenho das instituições por intermédio de critérios preestabelecidos.

Devido à complexidade de se avaliar a qualidade do ensino, Corbucci (2007, p.19) afirma que:

têm sido utilizados indicadores de desempenho que podem, de forma indireta, oferecer uma aproximação do que seria um ensino de qualidade. Na maioria das vezes, essa aproximação permite a comparação de desempenho entre instituições.

Os resultados e impactos da educação superior no desenvolvimento social e no crescimento econômico de um país pode ser avaliado através dos

indicadores, considerando a variabilidade do sistema e seus múltiplos aspectos envolvidos e inter-relacionados. Visto que se tratando de resultados divulgados da pesquisa, é fundamental a confiabilidade das fontes e instituições isentas de benefícios monetários vinculados a pesquisa. Tal relevância resulta na busca de encontrar indicadores que não sejam derivados de vícios nas métricas de cálculo e que sejam efetivamente úteis no processo de avaliação da gestão de uma universidade.

Bertolin, (2007b) assevera que:

os sistemas de indicadores procuram superar a obtenção de uma simples soma de dados ao agrupar indicadores simples ou compostos em função de fatores e aspectos que lhes deem sentido e uma visão significativa do estado dos sistemas de educação.

O referido autor destaca que os sistemas de indicadores têm se baseado em estruturas que consideram aspectos de: (a) entradas e/ou recursos; (b) processo; e (c) resultados e/ou de saídas. Observado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Estrutura Básica de um Sistema de Indicadores para o Ensino Superior

Indicadores de entrada	Gastos com educação, investimento com tecnologia de informações e quantidade de formação dos docentes.	Gastos com educação
		Investimento em TIC
		Quantidade e formação de docentes
Indicadores de processo	Contexto pedagógico e organizacional ou características primárias, relativas à participação direta do processo de educação, e secundárias, relativas ao apoio à organização das características primárias.	Número de horas de ensino
		Acesso e utilização das TIC
		Número de horas, salário e dedicação dos docentes
Indicadores de resultados	Características relativas aos propósitos intermediários e últimos da educação.	Nível de êxito dos estudantes em exames
		Porcentagem de matriculados e taxas de escolarização
		Impactos no desenvolvimento econômico e social

Fonte: Bertolin (2007b).

Visto que nos Indicadores de entrada, encontra-se os gastos com educação, investimento com tecnologia de informações e quantidade de formação dos docentes. Já nos Indicadores de processo agrupam o contexto pedagógico e organizacional ou características primárias, relativas à participação direta do processo de educação, e secundárias que são relativas ao apoio à organização das características primárias, reunindo o número de horas de ensino, acesso e utilização das tecnologias de informações, número de horas, salário e dedicação dos docentes. Paralelamente os Indicadores de resultados apresentam características relativas aos propósitos intermediários e últimos da educação ao nível de êxito dos estudantes em exames, a porcentagem de matriculados e taxas de escolarização e aos impactos no desenvolvimento econômico e social.

O projeto *Strategic Indicators for Higher Education in the Twenty-First Century*, coordenado pelo *European Centre for Higher Education* (CEPES) objetivou a construção de um sistema de indicadores para supervisionar o ensino superior de alguns países. Apesar de oportunizar dados de uma única fonte fidedigna, encontram como obstáculo a não totalidade de países membros, impossibilitando assim uma supervisão global.

A proposta UNESCO-CEPES envolve um sistema com quatro tipos de indicadores, a saber: (a) indicadores do quadro referencial das políticas; (b) indicadores de financiamento; (c) indicadores dos níveis de participação, acesso e retenção dos estudantes nas universidades; e (d) indicadores de resultados econômicos e sociais (YONEZAWA; KAISER, 2003).

2.6 INDICADORES DE AVALIAÇÃO NO BRASIL

As IES enquanto organizações têm a necessidade de serem avaliadas. No Brasil, a partir da nova LDB, de 1996, foi consolidada a necessidade dos processos de avaliação na educação superior, tanto com o intuito de melhorar o ensino, quanto para supervisão e controle governamental (SINAES, 2009).

Apesar das informações disponibilizadas pelo INEP em estatísticas e estudos da educação superior, Bertolin (2007a) aponta que estudos recentes demonstraram que são insuficientes para a avaliação e acompanhamento da qualidade do sistema de educação superior brasileiro (SESB).

No Brasil, modelos de avaliação estão sendo criados, testados e reformulados, a avaliação educacional começa a ser valorizada a partir dos presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Visando melhorar o desempenho dos sistemas educacionais do país, através da criação ou modernização de políticas públicas em educação. Segundo Lavor (2014) toda avaliação educacional é importante para os sistemas educacionais, sejam eles nacional, estadual ou municipal, porque, trabalhando-se com avaliação temos parâmetros para comparações, questionamentos, indagações e sugestões.

No disposto da Lei nº 9.131/95 criada pelo executivo federal para revogar parte da Lei nº4.024/64 Em seu Art. 9 § 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

- a) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior;
- b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;
- c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;
- e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto;

Em suma, atribui ao MEC “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem” (BRASIL, 1995). No entanto, a ação mais visível da referida Lei foi a implementação do Exame Nacional de Curso. Por meio do “Documento Básico - Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional” foi instaurada definitivamente a cultura avaliativa nas IES.

[...] a importância do processo de avaliação como contraponto da proposta institucional da IES, de modo a propiciar: contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; constituir-se como uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária; desencadear um processo sistemático de prestação de contas à sociedade (ZANDEVALLI, 2009, p.420).

Tendo em vista, o que foi proposto, quanto a importância da avaliação para o planejamento e gestão acadêmica. O Ministério da Educação apresentou ao Congresso Nacional a proposta do Plano Nacional da Educação (PNE), Projeto de Lei nº. 8.035 (2010), que visa estabelecer metas para a educação no Brasil no

período entre 2011 a 2020. No que concerne ao ensino superior, o PL 8.035/2010 aponta as seguintes metas:

- (a) elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta;
- (b) ampliar a atuação de mestres e doutores nas instituições de ensino superior para, no mínimo, 75% do corpo docente em efetivo exercício. Desse grupo, pelo menos 35% deve ser formado por doutores; e
- (c) elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, a fim de formar anualmente sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

A recente, atualização de questões avaliativas, considerando o disposto nas Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e nº 10.870, de 19 de maio de 2004, publicou por meio da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018 no seu Capítulo IV, Dos Indicadores Da Educação Superior, Seção I, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº10.861, de 2004, e no art. 7º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, compete ao Inep, por intermédio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior, conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação da educação superior, nas modalidades presencial e a distância, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e à avaliação das escolas de governo - EGov

Art. 61. Compete ao Inep definir, calcular e divulgar, em ato próprio, indicadores da educação superior, provenientes de suas bases de dados e de outras bases oficiais que possam ser agregadas a fim de subsidiar as políticas públicas voltadas para o setor.

Art. 62. Compete ao Inep propor, calcular e divulgar os Indicadores de Qualidade da Educação Superior, segundo metodologias específicas, aprovadas pela CONAES, registradas em notas técnicas.

Em suma, compete ao INEP, todo o processo que compõe a avaliação das IES, cursos e acadêmicos incluindo na trajetória a divulgação dos Indicadores de qualidade referentes a Educação Superior.

2.7 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Em 2004, por meio da Lei nº 10.861, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), cujo objetivo era “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004). Por intermédio desse modelo de avaliação houve a proposta de estruturar de forma democrática e autônoma o ensino superior brasileiro.

Mesmo com extensiva adesão das Instituições do Ensino Superior, decorreram obstáculos por questões burocráticas a implementação do programa. Apesar da intensa pesquisa na área e defendida pelas principais organizações, alguns anos se passaram até a próxima ação do Ministério da Educação a efetivar as ações avaliativas das IES.

Quanto ao SINAES de forma global, possibilita avaliar as instituições, os cursos e do desempenho dos estudantes. Os principais objetivos da avaliação envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

O SINAES propôs uma ousada transformação no processo avaliativo institucional, explicitada nos desafios a que se propôs, conforme citado por Ristoff (2004, p. 179):

[...] seis importantes desafios terão que ser considerados e enfrentados: (1) o deslocamento de centro de avaliação de uma prova para um conjunto diversificado de instrumentos, (2) a integração dos instrumentos de avaliação e de informação e dos processos avaliativos desenvolvidos por diferentes órgãos do Ministério da Educação e dos sistemas estaduais, (3) a valorização dos aspectos qualitativos e interpretativos nos processos e instrumentos, (4) a institucionalização de programas permanentes de capacitação de avaliadores, (5) a criação e consolidação da cultura de autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior, e (6) a implantação de processos de meta-avaliação.

Em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº10.861, de 2004, e no art. 7º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, compete ao Inep, por intermédio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior, conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação da educação

superior (BRASIL, 2018). O INEP passou a ter protagonismo nas avaliações externas de cursos e instituições, sendo o responsável pela realização delas e foram previstos os seguintes elementos:

- A. avaliação institucional;
- B. avaliação dos cursos;
- C. avaliação dos estudantes;

De cada avaliação, originam-se indicadores de qualidade específicos, a saber:

- Conceito institucional (CI): decorrente da avaliação institucional in loco periodicamente, por meio de avaliadores externos nomeados pelo INEP para visitas in loco, e anualmente, em decorrência da autoavaliação realizada pela comissão própria de avaliação da IES. A avaliação das IES (Avalies), realizada por atores internos das IES sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). A autoavaliação integra desde os documentos norteadores da instituição até a sustentabilidade financeira. Essa avaliação tem como produto o relatório de autoavaliação, que é reeditado a cada dois anos;

- Conceito de curso (CC): é obtido pelo preenchimento do “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância”, que é preenchido por Especialistas do banco de dados do INEP, com base nos documentos e textos apresentados pela IES, os quais são verificados pela visita in loco feita por esses especialistas. O instrumento é composto por 3 dimensões (Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura), tendo cada dimensão diversos indicadores, aos quais são atribuídos, pelos especialistas, conceito de “1” a “5”, em ordem crescente de excelência. Após o preenchimento, o CC é calculado, pelo sistema e-MEC. Tal Avaliação é utilizado para regulação dos atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

- Conceito preliminar de curso (CPC), calculado a partir de insumos advindos do resultado da resposta dos estudantes a questionários e do desempenho de sua participação no ENADE, bem como das informações referentes à titulação e regime de trabalho docente prestadas no Censo da Educação Superior; (essas informações constam no site do MEC)

- Conceito Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado em ciclos trienais, representa o desempenho dos estudantes no Exame.

A realização do Enade abrangerá os seguintes instrumentos de coleta de dados: I – Prova; II - Questionário do Estudante; III- Questionário de Percepção de Prova e IV- Questionário do Coordenador de Curso. Os indicadores acima descritos apresentam resultados contínuos ou por faixa, variando de 1 a 5. Geralmente, o desempenho nas faixas maiores ou iguais a 3 são considerados satisfatórios. Em alguns desses indicadores, como Conceito ENADE, há a possibilidade de o resultado do curso apresentar “Sem conceito” - S/C em determinadas situações;

Dessas modalidades, o ENADE como a fonte predominante de indicadores para o processo regulatório, culminando no disposto pela Portaria Normativa MEC nº 4/2008 em seu Art. 1º estabeleceu a dispensa de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento de cursos superiores, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES, com base previsto no art. 35 da Portaria Normativa nº 40, de 2007, que obtivessem CPC acima de 3 (BRASIL, 2007; BRASIL, 2008). Nessa composição, eram utilizados como insumos a nota final dos ingressantes e dos concluintes e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

2.8 A PERCEPÇÃO E O PROCESSO FORMATIVO

A percepção do estudante no processo formativo pode ser examinada em virtude das respostas obtidas por meio do Questionário do Estudante (ANEXO A). Tal avaliação é constituída pelos componentes: Nota referente à organização didático-pedagógica (NOc), Nota referente à infraestrutura e instalações físicas (NFc) e Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NAc). De acordo com o INEP (2019):

O Questionário do Estudante tem por objetivo levantar informações que permitam caracterizar o perfil dos estudantes e o contexto de seus processos formativos, relevantes para a compreensão dos resultados dos concluintes no Enade e para subsidiar os processos de avaliação de cursos de graduação e instituições de educação superior.

Além do mais, entre os itens avaliados encontram-se questões para compor o perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes. Tal questionário é formulado por 68 questões que visam computar a percepção dos estudantes para as questões inerentes ao processo e condições de ensino. Porém os

componentes principais podem ser dimensionados por itens. De certo que, os 42 itens da segunda seção do Questionário do Estudante distribuídos entre os fatores: 1 – Organização didático-pedagógica; 2 – Infraestrutura e instalações físicas; e 3 – Oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.

Em resumo, do Questionário do Estudante, os componentes que correspondem a Nota referente à organização didático-pedagógica (NO), podem ser calculados a priori, pela média das respostas dos itens 27 a 48. Já a Nota referente à infraestrutura e instalações físicas (NF), é obtida pela média das respostas dos itens 49 a 68 e finalmente a Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA), colhida pela média das respostas dos itens 43 ao 67. Esse instrumento de avaliação compõe 15% da nota referente ao CPC.

2.9 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)

O CPC é um indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação. Ele é constituído de oito componentes, agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação. Segundo Barreyro e Rothen (2008), a criação do CPC influenciou diretamente na qualidade dos cursos além de, questões pertinentes ao corpo docente, o ensino e a infraestrutura da instituição e do curso. Conforme:

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o IGC são indicadores de qualidade utilizados a partir de 2008, para a dispensa da avaliação in loco de cursos e de instituições, a depender da decisão da regulação (GRIKOSKI, 2015, p. 168).

Percebe-se os insumos usados nos cálculos do CPC referem-se: Desempenho dos estudantes no Enade – Nota do Enade; Valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes – IDD; Perfil do Corpo docente (Regime de Trabalho e Titulação) – Censo Superior e Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo – Questionário do Estudante no Enade. Esses percentuais do Valor Contínuo do CPC obedeciam a uma regra de ponderação (pesos entre parênteses), aplicada aos seguintes itens, conforme Quadro 2, quanto a Composição do CPC e pesos das suas dimensões e

componentes indicado na Nota Técnica Daes/Inep nº 56/2019/CGCQES/DAES (INEP, 2019):

Quadro 2 - Composição do CPC e pesos das suas dimensões e componentes.

DIMENSÃO	COMPONENTES	PESOS	
Desempenho dos Estudantes	Nota dos Concluintes no Enade (NC)	20,0%	
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso	Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (NIDD)	35,0%	
Corpo Docente	Nota de Proporção de Mestres (NM)	7,5%	30,0%
	Nota de Proporção de Doutores (ND)	15,0%	
	Nota de Regime de Trabalho (NR)	7,5%	
Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo	Nota referente à organização didático-pedagógica (NO)	7,5%	15,0%
	Nota referente à infraestrutura e Instalações Físicas (NF)	5,0%	
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,5%	

Fonte: INEP (2019).

Essa metodologia avaliava, portanto, o desempenho dos estudantes (itens “a” e “b” – total de 55%), do corpo docente (itens “c”, “d” e “e” – total de 30%) e da percepção discente sobre as condições do processo formativo (itens “f”, “g” e “h” – total de 15%). Dos insumos utilizados para o cálculo, se referem aos percentuais de doutores, de mestres e de docentes em regime de tempo integral ou parcial, provenientes do Censo da Educação Superior. As notas referentes à infraestrutura e organização didático-pedagógica são obtidas no questionário socioeconômico preenchido pelo estudante que presta o ENADE. A nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado é obtida a partir do desempenho no Enem dos estudantes ingressantes inscritos no ENADE; e a nota do concluinte é obtida a partir das médias gerais dos concluintes do ENADE.

2.10 AVALIAÇÃO *IN LOCO*

O CPC apresentava caráter preliminar, até a avaliação *in loco*. Segundo Nunes, Fernandes e Albrecht (2014), foi observado que, na prática em geral, o CPC se tornou o indicador definitivo. Tal fato se deu devido ao óbice de operacionalizar avaliação presencial.

Visto que havia contratempos em relação as avaliações *in loco* das Instituições por questões monetárias e logísticas, a Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. No Capítulo II Da Avaliação In Loco Seção III Das Visitas Art. 13, propõe:

§ 3º A Comissão Avaliadora, orientada pelo respectivo instrumento de avaliação, na realização da visita, aferirá a exatidão dos dados informados pela instituição de educação superior ou EGov no FE, com especial atenção ao Plano de Desenvolvimento Institucional, quando se tratar de avaliação institucional, ou Projeto Pedagógico do Curso, quando se tratar de avaliação de curso.

§ 4º A verificação pela Comissão Avaliadora deverá ser pautada pelo registro fiel e circunstanciado das condições de funcionamento da instituição ou do curso, incluídas as eventuais deficiências, produzindo-se relatório que servirá como referencial básico à decisão da Secretaria competente do Ministério da Educação ou do Conselho Nacional de Educação, conforme o caso (BRASIL, 2018).

A necessidade da avaliação *in loco* é fundamental tendo em vista que o parecer da comissão avaliadora apresenta uma perspectiva externa sobre a IES e o curso avaliado. Tal comissão será constituída, de acordo com a Seção II, Art. 8, por, no mínimo, dois avaliadores, com experiência de no mínimo um ano na área avaliada, designados eletronicamente entre os integrantes do Banco de Avaliadores do SINAES - BASIS ou do Banco de Avaliadores de Escolas de Governo para o SAEG, dependendo do caso. Além disso, um dos avaliadores, escolhido de forma aleatória, pelo Sistema Eletrônico, irá coordenar a comissão avaliadora.

As informações constantes da Instituição são requisitadas aos setores competentes, organizados em pastas e acondicionados em sala apropriada, além dos documentos comprobatórios das informações constantes do Relatório ficam à disposição da comissão avaliadora.

A comissão avaliadora efetuará o relatório, após realização da visita a IES, atribuindo os conceitos a cada indicador e os justificando. Os conceitos da avaliação serão expressos de 1 (um) a 5 (cinco) sendo que igual ou superior a 3

(três) indicam qualidade satisfatória. Os conceitos resultantes da avaliação dada pela comissão avaliadora durante a visita a IES no Art. 20, § 2º são: o Conceito Institucional e o Conceito de Curso.

A seleção da amostragem que atribui ao Conceito Institucional (CI) considera dez dimensões avaliativas que estão definidas no art. 3º, incisos I a X da Lei nº 10.861, de 2004, que correspondem:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Uma vez que, o Conceito de Curso (CC) é resultado da avaliação que considera três dimensões que competem: a organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas. Esses componentes considerados pela comissão de avaliação, fornece um panorama da IES e podem modificar o conceito anteriormente atribuído a IES.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se em uma revisão integrativa. A Revisão Integrativa (RI) por apresentar-se como um dos mais amplos métodos de revisão, visto que resume dados empíricos e teóricos da literatura para proporcionar um entendimento mais abrangente de um fenômeno em particular e/ou problema de saúde (WHITTEMORE e KNAF, 2005). Dessa maneira Cooper (1989) afirma que a revisão integrativa possibilita, ainda, a inclusão simultânea de estudos experimentais e não experimentais.

Sendo assim, a RI busca superar possíveis vieses em todas as etapas ao seguir um método rigoroso de busca, seleção e avaliação da relevância e validade do material encontrado. É assim denominada por fornecer informações abrangentes sobre um evento particular interconectando elementos isolados de estudos já existentes. Inclui pesquisas qualitativas e quantitativas, permitindo realizar uma síntese de investigações realizadas e obter conclusões sobre um tema de interesse (LOBIONDO-WOOD/HABER, 2001). Através da possibilidade de elaboração de conceito e políticas, o desenvolvimento/revisão de teorias e contribui para aplicabilidade direta nas práticas de saúde e na elaboração de políticas. (WHITTEMORE e KNAFL, 2005).

A importância da análise do material selecionado, afirma, Bardin (1977, p. 42):

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A necessidade de pontuar as etapas da análise criteriosa quanto ao material encontrado se dá quanto a apresentação das prováveis aplicações de conteúdo permitindo a classificação dos componentes ocupando-se de uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa é realizada em seis etapas:

Primeira etapa: delimitar a pesquisa. A princípio houve a identificação do tema e seleção da hipótese a partir da pergunta norteadora, ou seja, levantou-se questões sobre a problemática investigada. Foi fundamental que o assunto da pesquisa estava definido de maneira clara e específica para a execução da busca dos estudos.

Segunda etapa: estabelecer critérios para inclusão e exclusão de estudos. Por isso, foi de suma importância a objetividade na pergunta norteadora, visto que possibilitou maior seletividade na busca. Nesta fase a descrição meticulosa frente aos critérios de inclusão e exclusão foram documentadas e justificadas na descrição da metodologia da revisão já que, a seleção dos estudos para a avaliação crítica é fundamental.

Terceira etapa: coletar os dados. Por meio da determinação das informações extraídas dos estudos selecionados, foram reunidas e sintetizadas informações-chave para a categorização dos estudos encontrados.

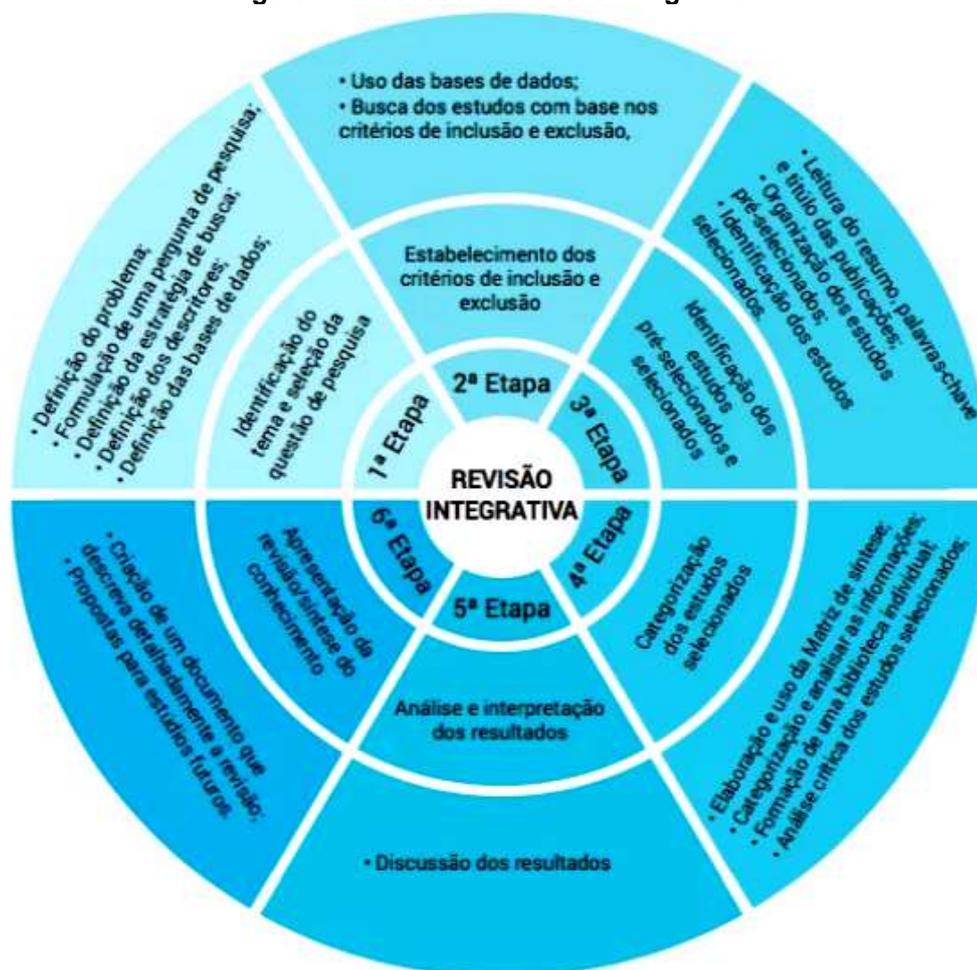
Quarta etapa: analisar os estudos obtidos por meio da avaliação detalhada. Baseado em um alto teor de criticidade e imparcialidade, buscou-se explicações para os resultados diferentes ou conflitantes no material selecionado.

Quinta etapa: interpretar os resultados. Correspondeu à fase de discussão dos principais resultados encontrados na pesquisa convencional em contrapartida comparou-se ao conhecimento teórico. A identificação de lacunas permitiu apontar sugestões pertinentes para futuras pesquisas.

Sexta etapa: apresentar da revisão/síntese do conhecimento. No decurso da pesquisa apresentar detalhadamente cada passo tomado permitindo ao leitor avaliar a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão, os aspectos relativos ao tópico abordado e o detalhamento dos estudos incluídos, possibilitando responder da pergunta norteadora.

As seis etapas podem ser mais satisfatoriamente compreendidas, suscinta e concretamente, conforme representado na Figura 1, a seguir:

Figura 1- Processo de revisão integrativa.



Fonte: Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Tendo em vista o significativo crescimento dos cursos de Fisioterapia nas universidades, e a questão quanto ao progresso e alterações necessárias ao currículo, desenvolvimento de metodologias no ensino que refletem diretamente aos índices de qualidade, objetivando a regulação do ensino em Fisioterapia.

De acordo com Bernardo, Nobre, Janete (2004), as bases de dados eletrônicas podem ser classificadas como Gerais, quando abordam áreas de conhecimento e específicas, quando aborda determinada área. Em vista disso, a pesquisa será realizada por intermédio dos dados disponíveis nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

3.1 COLETA DE INFORMAÇÕES

A coleta das informações ocorreu decorrente da busca de artigos nas bases citadas anteriormente, considerando os elementos descritos a seguir:

- *keywords*;
- instrumentos (informações sobre indicadores de desempenho e Fisioterapia);

A priori foram estabelecidos dois grupos, constituídos a partir de dois termos fundamentais: Fisioterapia e Indicadores de Desempenho, tendo em vista a necessidade de corresponder aos objetivos propostos na pesquisa. Mediante o exposto, a seleção das palavras se deu, uma vez que, houve a necessidade de seletar artigos que correspondessem a temática: Influência do Currículo entre cursos de Fisioterapia de excelência. Baseado neles criou-se correlações com palavras-chave (*keywords*), que estão descritas nos fluxogramas (Figuras 2 e 3).

No Grupo 1, a partir do termo fundamental: Fisioterapia foram elencadas Ranking; Diretrizes curriculares; Currículo. Resultando no agrupamento de palavras-chave da Figura 2, abaixo:

Figura 2 - Palavras - chave, Grupo 1.



Fonte: Autora (2019).

No Grupo 1 utilizando o operador booleano “AND”, formaram-se os conjuntos: Fisioterapia “AND” Ranking (lê-se Fisioterapia e Ranking); Fisioterapia “AND” Diretrizes Curriculares (lê-se Fisioterapia e Diretrizes Curriculares) e Fisioterapia “AND” Currículo (lê-se Fisioterapia e Currículo).

No Grupo 2, a partir do termo fundamental: Indicadores de Desempenho foram elencadas: Fisioterapia; Educacional; Ensino Superior; Avaliação. Conforme agrupamento de palavras-chave da Figura 3:

Figura 3 - Palavras - chave, Grupo 2.



Fonte: Autora (2019).

No Grupo 2 utilizando o operador booleano “AND”, formaram-se os conjuntos: Indicadores de Desempenho “AND” Fisioterapia (lê-se Indicadores de Desempenho e Fisioterapia); Indicadores de Desempenho “AND” Educacional (lê-se Indicadores de Desempenho e Educacional); Indicadores de Desempenho “AND” Ensino superior (lê-se Indicadores de Desempenho e Ensino superior); Indicadores de Desempenho “AND” Avaliação (lê-se Indicadores de Desempenho e Avaliação).

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1998), a seleção da estratégia de busca deve tentar minimizar a perda de estudos e objetivar a eficiência, ou seja, não exigir tempo excessivo, usar primeiramente as fontes que sejam mais propensas a trazer resultados. Dessa forma o método o operador lógico booleano define relações entre termos em uma pesquisa foi “AND”, tendo em vista que as combinações contenham todos os termos para cada resultado da pesquisa.

3.2 AVALIAÇÃO DE DADOS

É nesta fase que se torna fundamental ao pesquisador determinar os procedimentos empregados nos estudos avaliados que permitiram encontrar evidências relevantes; identificar os dados potencialmente expressivos nos estudos e as diferenças entre as pesquisas (COOPER, 1984).

Nesta etapa foram definidos os critérios de inclusão/exclusão dos estudos investigados, estratégias e bases de dados utilizados na busca. Os critérios de amostragem devem garantir a representatividade da amostra, sob pena de interferir na validade do estudo.

Portanto, os critérios de inclusão adotados foram: Texto completo, Assunto e Resumo com conteúdo pertinente a pesquisa, publicações em português e Material disponível a partir de 2003;

Por conseguinte, os critérios de exclusão adotados foram: Texto incompleto; Título que não atendia a proposta da pesquisa, Artigos duplicados, Resumo que não apresentava assunto referente a pesquisa, publicações em outros idiomas, datados anteriormente a 2003.

3.2.1 Palavras-chave (Grupo 1)

Após a definição das palavras-chave em seus agrupamentos foram delimitados os assuntos que correspondiam aos temas Fisioterapia, Indicadores de Desempenho, Modalidade de Fisioterapia, Currículo, Educação Superior, Educação em Saúde, Educação, Avaliação Educacional, Ensino, Avaliação Institucional, Política de Educação, Instituições de Ensino e Política de Educação Superior, seguindo a premissa dos inicialmente estabelecidos Grupo 1 e Grupo 2 derivando os Quadro 3 e Quadro 4.

No Quadro 3, é apresentado a descrição dos assuntos de acordo com as combinações das palavras-chave, como já mencionado, tem-se Fisioterapia e Ranking, Fisioterapia e Diretrizes Curriculares e Fisioterapia e Currículo.

Quadro 3 - Assuntos por palavras-chave - Grupo 1

Fisioterapia e Ranking	Fisioterapia; Modalidade de Fisioterapia; Avaliação Educacional; Educação.
Fisioterapia e Diretrizes Curriculares	Fisioterapia; Currículo; Modalidades de Fisioterapia; Educação Superior; Educação em saúde.
Fisioterapia e Currículo	Fisioterapia; Modalidades de Fisioterapia; Currículo; Avaliação Educacional; Ensino.

Fonte: Autora (2019).

3.2.2 Palavras-chave (Grupo 2)

No Quadro 4, a seguir, os assuntos são citados de acordo com as combinações das palavras-chave: Indicadores de Desempenho e Ensino Superior, Indicadores de Desempenho e Avaliação Educacional, Indicadores de Desempenho e Fisioterapia e Indicadores de Desempenho e Educacional.

Quadro 4 - Assuntos por palavras-chave - Grupo 2

Indicadores de Desempenho e Ensino Superior	Educação Superior; Avaliação Educacional; Instituições de Ensino Superior; Política de Educação Superior; Avaliação Institucional.
Indicadores de Desempenho e Fisioterapia	Modalidade de Fisioterapia.
Indicadores de Desempenho e Educacional	Avaliação Educacional; Avaliação Institucional; Política de Educação Superior; Educação superior; Ensino; Educação.
Indicadores de Desempenho e Avaliação	Avaliação Educacional; Indicadores.

Fonte: Autora (2019).

3.3 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS

As Tabelas (2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), a seguir, resumem a pré-seleção dos artigos para os Grupo 1 e Grupo 2 adotada para cada conjunto de palavras chaves. Fundamentados no termo “Fisioterapia”, a seguir, tem-se os temas apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5. A priori, referente ao tema Fisioterapia e Diretrizes Curriculares pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Fisioterapia e Diretrizes Curriculares.

Base de Dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
Lilacs	20	12	8	7
BDEFN	1	1	1	1
Coleciona SUS	1	-	-	-
Total	22	13	9	8

Fonte: Autora (2019).

Inicialmente foram encontrados no total de 22 artigos, nas Bases de dados Lilacs, BDEFN e Coleciona SUS. Sendo que dos 22 artigos (20 Lilacs, 1 BDEFN e 1 Coleciona SUS) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 13 artigos (12 Lilacs e 1 BDEFN), logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 9 artigos (8 Lilacs e 1 BDEFN) e por fim 8 artigos apresentavam o idioma em Português (7 Lilacs e 1 BDEFN).

Referente ao tema Fisioterapia e Ranking pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Fisioterapia e Ranking.

Base de Dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
Lilacs	5	5	1	1
MedLine	30	18	7	-
Total	35	23	8	1

Fonte: Autora (2019).

Imediatamente após, foram encontrados no total de 35 artigos, nas Bases de dados Lilacs e MedLine. Sendo que dos 35 artigos (5 Lilacs e 30 MedLine) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 23 artigos (5 Lilacs e 18 MedLine), logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 8 artigos (1 Lilacs e 7 MedLine) e por fim 1 artigos apresentou o idioma em Português (1Lilacs).

No que se refere ao tema Fisioterapia e Currículo pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Fisioterapia e Currículo.

Base de Dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
MedLine	2176	674	604	8
IBECS	112	26	1	-
Lilacs	105	73	57	48
BBO-Odontologia	5	1	1	1
BD ENF - Enfermagem	4	4	4	4
Hanseníase	4	-	-	-
MOSAICO - Saúde Integrativa	3	3	3	3
Repositório THS	3	3	3	3
BINACIS	2	-	-	-
Index - Psicologia Periódicos técnico científicos	2	2	2	2
MedCarib	2	-	-	-
Sec. Est. Saúde SP	2	2	2	2
CUMED	1	1	-	-
HISA - História da Saúde	1	-	-	-
PAHO	1	-	-	-
Sec. Municipal Saúde SP	1	-	-	-
SOF- Segunda opinião formativa	1	1	-	-
Coleciona SUS	1	-	-	-
Total	2426	790	677	71

Fonte: Autora (2019).

No decorrer, constatou-se o total de 2426 artigos, nas Bases de dados MedLine, IBECS, Lilacs, BBO-Odontologia, BD ENF – Enfermagem, Hanseníase,

MOSAICO - Saúde Integrativa, Repositório THS, BINACIS, Index - Psicologia Periódicos técnico científicos, MedCarib, Secretaria Estadual de Saúde SP, CUMED, HISA - História da Saúde, PAHO, Secretaria Municipal Saúde SP, SOF- Segunda opinião formativa, e Coleciona SUS. Sendo que dos 2426 artigos (2176MedLine,112 IBECS, 105 Lilacs, 5 BBO-Odontologia, 4 BD ENF – Enfermagem, 4 Hanseníase, 3 MOSAICO - Saúde Integrativa, 3 Repositório THS, 2 BINACIS, 2 Index - Psicologia Periódicos técnico científicos, 2 MedCarib, 2 Secretaria Estadual Saúde SP, 1 CUMED, 1 HISA - História da Saúde, 1 PAHO, 1 Secretaria Municipal Saúde SP, 1 SOF- Segunda opinião formativa, e 1 Coleciona SUS) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 790 artigos (674 MedLine, 26 IBECS, 73 Lilacs, 1 BBO-Odontologia, 4 BD ENF – Enfermagem, 3 MOSAICO - Saúde Integrativa, 3 Repositório THS, 2 Index - Psicologia Periódicos técnico científicos, 2 Secretaria Estadual Saúde SP, 1 CUMED e 1 SOF- Segunda opinião formativa), Logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 677 artigos (604 MedLine,1 IBECS, 57Lilacs, 1 BBO-Odontologia, 4 BD ENF – Enfermagem, 3 MOSAICO - Saúde Integrativa,3 Repositório THS, 2 Index - Psicologia Periódicos técnico científicos e 2SecretariaEstadual Saúde SP) e por fim 71 artigos apresentaram o idioma em Português (8 MedLine, 48 Lilacs, 1 BBO-Odontologia, 4 BD ENF – Enfermagem, 3 MOSAICO - Saúde Integrativa, 3 Repositório THS, 2 Index - Psicologia Periódicos técnico científicos e 2 Secretaria Estadual Saúde SP)

Fundamentados no termo “Indicadores de Desempenho”, a seguir, tem-se os temas apresentados nas Tabelas 6,7,8 e 9. Inicialmente, referente ao tema Indicadores de Desempenho e Superior pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 - Indicadores de Desempenho e Superior.

Base de Dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
Lilacs	13	11	3	3
Index Psicologia	4	3	1	1
MedLine	2	-	-	-
Lis - Localizador de informação em saúde	1	-	-	-
Total	20	14	4	4

Fonte: Autora (2019).

Imediatamente após, evidenciaram o total de 20 artigos, nas Bases de dados Lilacs, Index Psicologia, MedLine e Lis - Localizador de informação em saúde. Sendo que destes 20 artigos (13 Lilacs, 4 Index Psicologia, 2 MedLine e 1 Lis - Localizador de informação em saúde) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 14 artigos (11 Lilacs e 3 Index Psicologia), logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 4 artigos (3 Lilacs e 1 Index Psicologia) e por fim dos 4 artigos pré-selecionados, estavam em Português (3 Lilacs e 1 Index Psicologia).

Referente ao tema Indicadores de Desempenho e Educacional pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 6, abaixo:

Tabela 6 - Indicadores de Desempenho e Educacional.

Base de Dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
MedLine	41	14	2	-
Lilacs	29	26	6	5
Index Psicologia	14	10	2	2
BDENF - Enf	3	2	-	-
IBECS	2	-	-	-
CVSP BRASIL	1	1	-	-
Total	90	53	10	7

Fonte: Autora (2019).

No decurso, derivaram o total de 90 artigos, nas Bases de dados MedLine, Lilacs, Index Psicologia, BDENF – Enf, IBECS e CVSP BRASIL. Sendo que destes 90 artigos (41 MedLine, 29 Lilacs, 14 Index Psicologia, 3 BDENF – Enf, 2 IBECS e 1 CVSP BRASIL) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 53 artigos (14 MedLine, 26 Lilacs, 10 Index Psicologia, 2 BDENF – Enf e 1 CVSP BRASIL), logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 10 artigos (2 MedLine, 6 Lilacs e 2 Index Psicologia) e por fim dos 7 artigos pré-selecionados, estavam em Português (5 Lilacs e 2 Index Psicologia).

Referente ao tema Indicadores de Desempenho e Avaliação pode-se observar a pré-seleção dos artigos, conforme a Tabela 7, abaixo:

Tabela 7 - Indicadores de Desempenho e Avaliação.

Banco de dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
MedLine	1689	683	1	-
Lilacs	509	409	16	15
IBECS	54	17	-	-
Index Psicologia Period.	47	38	2	2
BDENF – Enfermagem	45	-	-	-
Colecion SUS	15	-	-	-
Secretaria Estadual Saúde SP	13	6	-	-
Index Psicologia Teses	13	3	-	-
CVS – Brasil	12	12	-	-
BBO – Odontologia	10	10	-	-
Cid Saúde - Cidades Sustentáveis	10	6	-	-
Repositório RHS	7	7	-	-
CUMED	6	6	-	-
Secretaria Municipal Saúde SP	5	4	-	-
Who Iris	4	4	-	-
Hanseníase	3	-	-	-
PAHO - IRIS	4	4	-	-
HSA - História da Saúde	2	1	-	-
BINACIS	1	-	-	-
BRISA / RED IESA	1	1	-	-
Total	2450	1211	19	17

Fonte: Autora (2019).

Em seguida, foram encontrados no total de 2450 artigos, nas Bases de dados MedLine, Lilacs, IBECS, Index Psicologia Period., BDENF – Enfermagem, Colecion SUS, Secretaria Estadual Saúde SP, Index Psicologia Teses, CVS – Brasil, BBO – Odontologia, Cid Saúde – Cidades Sustentáveis, Repositório RHS, CUMED, Secretaria Municipal Saúde SP, Who Iris, Hanseníase, PAHO - IRIS, HSA - História da Saúde, BINACIS, BRISA / RED IESA e PAHO - IRIS. Concernente a estes 2450 artigos (1689 MedLine, 509 Lilacs, 54 IBECS, 47 Index

Psicologia Period., 45 BDEF – Enfermagem, 15 Colecion SUS, 13 Secretaria Estadual Saúde SP, 13 Index Psicologia Teses, 12 CVS – Brasil, 10 BBO – Odontologia, 10 Cid Saúde – Cidades Sustentáveis, 7 Repositório RHS, 6 CUMED,5 Secretaria Municipal Saúde SP, 4 Who Iris, 3 Hanseníase, 4 PAHO - IRIS, 2 HSA - História da Saúde, 1 BINACIS e 1 BRISA / RED IESA foram refinados tendo em si Texto completo derivaram em 1211 artigos (683 MedLine, 409 Lilacs,17 IBECs, 38 Index Psicologia Period., 6 Secretaria Estadual Saúde SP, 3 Index Psicologia Teses, 12 CVS – Brasil,10 BBO – Odontologia, 6 Cid Saúde – Cidades Sustentáveis, 7 Repositório RHS, 6 CUMED, 4 Secretaria Municipal Saúde SP, 4 Who Iris, 4 PAHO - IRIS, 1 HSA - História da Saúde e 1 BRISA / RED IESA), logo após quanto ao Assunto Principal derivando em 19 artigos (1 MedLine, 16 Lilacs e 2 Index Psicologia Period.) e por fim dos 17 artigos pré selecionados estavam em Português (15 Lilacs e 2 Index Psicologia Period.)

Referente ao tema Indicadores de Desempenho e Fisioterapia pode-se observar a pré seleção dos artigos, conforme a Tabela 8, abaixo:

Tabela 8 - Indicadores de Desempenho e Fisioterapia.

Base de dados	Total	Texto completo	Assunto principal	Português
MedLine	5	3	2	1
Lilacs	4	4	1	-
Total	9	7	3	1

Fonte: Autora (2019).

Na sequência, decorreram o total de 9 artigos, nas Bases de dados MedLine e Lilacs. Sendo que dos 9 artigos (5 MedLine e 4 Lilacs) foram refinados tendo em si Texto Completo resultaram em 7 artigos (3 MedLine e 4 Lilacs), logo após quanto ao Assunto Principal dando-se 3 artigos (2 MedLine e 1 Lilacs) e por fim 1 artigo apresentou idioma em Português (1 MedLine).

A partir da seleção inicial de todo o material encontrado, foram dispostos de forma resumida para melhor compreensão dos resultados nas Figuras 4 e 5, correspondentes aos Grupos 1 e 2.

Na Figura 4 a partir do termo Fisioterapia, encontraram-se:

Figura 4 - Seleção inicial Grupo 1



Fonte: Autora (2019).

Na Figura 4 a partir do termo Fisioterapia e Diretrizes Curriculares foram encontrados no Total de 22 artigos, entretanto 13 deles apresentavam o texto completo, destes 9 correspondiam com o assunto principal resultando em um total de 8 artigos, por estarem em português. Logo a seguir o termo Fisioterapia e Ranking possibilitou a seleção de 1 artigo, visto que do Total de 35 artigos, 23 apresentavam o texto completo, 8 preenchiam o requisito quanto ao assunto principal e 1 estava em português. Por fim com o termo Fisioterapia e Currículo foram encontrados a totalidade de 2426 artigos, todavia 790 apresentavam o texto completo, 677 condiziam quanto ao Assunto Principal e os 71 estavam em português.

Na Figura 5 a partir do termo Indicadores de Desempenho e Fisioterapia, encontraram-se:

Figura 5 - Seleção inicial Grupo 2.

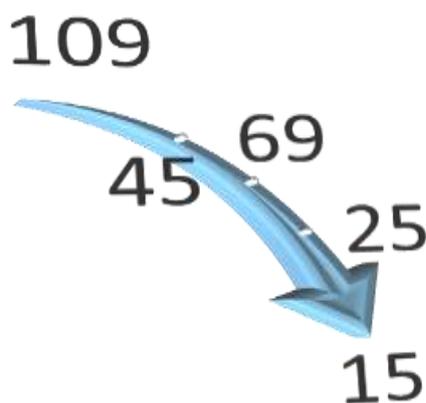


Fonte: Autora (2019).

Na Figura 5 a partir do termo Indicadores de Desempenho e Fisioterapia foram encontrados no Total de 9 artigos, entretanto 7 deles apresentavam o texto completo, destes 3 correspondiam com o assunto principal resultando em um total de 1 artigo, por estar em português. Logo a seguir o termo Indicadores de Desempenho e Superior possibilitou a seleção de 4 artigos, visto que do Total de 20 artigos, 14 apresentavam o texto completo, 4 preenchiam o requisito quanto ao assunto principal e 4 estavam em português. Já em Indicadores de Desempenho e Educacional foram contabilizados o total de 90 artigos sendo que 53 apresentavam o texto completo, destes 10 equivaliam ao Assunto principal e 7 estavam em português. Por fim com o termo Indicadores de Desempenho e Avaliação foram encontrados a totalidade de 2450 artigos, todavia 1211 apresentavam o texto completo, 19 condiziam quanto ao Assunto Principal e os 17 estavam em português.

A partir da amostragem inicial de artigos selecionados, foi necessário fazer uma filtragem para restringir apenas os artigos relevantes a pesquisa. Pode ser observado o processo por meio da Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Número da seleção dos artigos filtrados para serem analisados



Fonte: Autora (2020).

A partir da primeira seleção dos artigos, sucedeu no total de 109 artigos sendo que 80 artigos pertenciam ao Grupo 1 e 29 artigos eram do Grupo 2. Tal seleção passou por um processo de filtragem. Dos 109 artigos 40 foram descartados na Primeira etapa, tal baseada nos Títulos, foram descartados todos os artigos duplicados ou que apresentavam títulos que não convinha com os interesses da Pesquisa (Por exemplo: Hanseníase, Indicadores de Desempenho

Hospitalar, Poliomielite). A segunda etapa, iniciada com 69 artigos, foi caracterizada pela leitura dos resumos, resultando em 45 artigos. A terceira etapa foi composta pela leitura diagonal dos artigos, sendo descartados 20 artigos. A quarta, e última etapa foi uma leitura analítica, no qual derivaram 15 artigos.

Fundamentado nos critérios de seleção já apresentados, dos 5.052 artigos inicialmente encontrados, após apuração, já apresentada anteriormente, derivaram 15 artigos. Dos artigos selecionados foram divididos em categorias de acordo com os Grupos das palavras-chave em que foram selecionados inicialmente, tal combinação gerou três categorias subdivididos em Temas: A Formação em Fisioterapia, Avaliação e Indicadores como Ferramentas de Seleção e Diretrizes Curriculares e o Currículo que podem ser observados na Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Matriz Analítica com três Eixos.

Tema	Palavras-chave	Total
A formação em Fisioterapia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ensino e Pesquisa ➤ Evolução 	6
Avaliação e Indicadores como Ferramentas de Seleção	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação ➤ Indicadores de Desempenho ➤ Educação superior 	4
Diretrizes Curriculares e o Currículo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diretrizes Curriculares ➤ Currículo 	5

Fonte: Autora (2020).

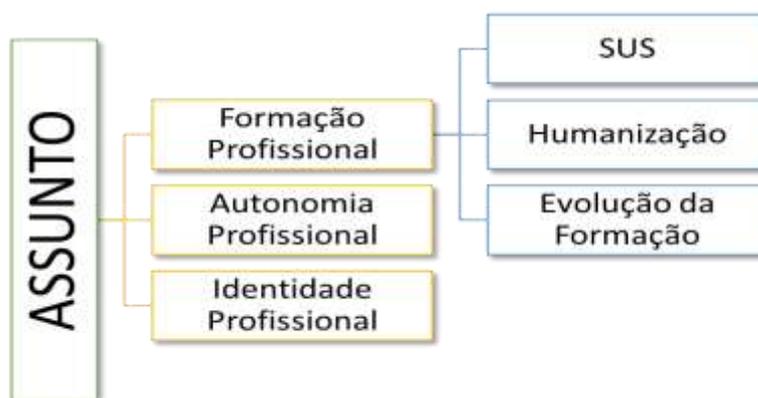
Dos 15 artigos elencados subdivididos em Temas. No Eixo “A formação em Fisioterapia” foi relacionada a 6 artigos tinham como palavras-chave Ensino e Pesquisa; Evolução. No Eixo “Avaliação e Indicadores como Ferramentas de Seleção” foram unidos 4 artigos que apresentaram as palavras-chave Avaliação, Indicadores de Desempenho e Educação superior. O Eixo “Diretrizes Curriculares Nacionais e o Currículo” foi gerado a partir das palavras-chave Diretrizes Curriculares e Currículo resultando no total de 5 artigos nessa categoria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresenta-se a Revisão Integrativa decorrente da investigação, a partir da síntese dos estudos incluídos na amostra. A amostra final desta pesquisa contabilizou 15 artigos que, após leitura sistematizada, foram subdivididos em categorias emergentes. A seguir, são apresentados as Figuras 7, 8 e 9 os Quadros 6, 7 e 8 separados pelas seguintes categorias: A formação em Fisioterapia; Diretrizes Curriculares e o Currículo e Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção. Cada figura delinea a subdivisão das categorias por Assunto e os quadros contém artigos que foram selecionados a partir das palavras chaves de acordo com os critérios e temática estabelecidos, seguido da análise dos mesmos

A partir das Palavras-chave Fisioterapia (5 artigos), Ensino-Pesquisa (1 artigo) e Origem e Evolução da Fisioterapia (1 artigo) foram categorizados de acordo com seus Assuntos, como pode ser observado na Figura 77 a seguir:

Figura 7 - A formação em Fisioterapia por assunto



Fonte: Autora (2020).

A partir da delimitação dos assuntos gerou o tema “A formação em Fisioterapia”. Ao iniciar a análise dos 6 artigos nesta categoria, encontraram-se: quatro voltados para a formação profissional um acerca da autonomia profissional e um artigo sobre a identidade do profissional. Consonante aos quatro artigos que abordavam o mesmo assunto (formação profissional) encontraram resultados equivalentes, apesar de apresentarem variáveis de especificidade na formação,

gerou a subcategoria composta por conteúdo correspondente ao SUS, humanização e a evolução da formação.

O Quadro 6, abaixo, indica os artigos que compõem o Eixo “A formação em Fisioterapia”:

Quadro 6 - A formação em Fisioterapia

Título	Autores	Periódico	Ano	Estado	Palavras chaves
Autonomia profissional do fisioterapeuta ao longo da história	BARROS, F. B. M.	Revista Fisioterapia Brasil v. 59, n.1	2003	Rio de Janeiro	Fisioterapia
Fisioterapia: de sua origem aos dias atuais	COPETTI, S. M. B.	Revista in Pauta v.2, n.2	2004	Paraná	Fisioterapia
A profissionalização da Fisioterapia em Minas Gerais	NASCIMENT O, M.C et al.	Revista Brasileira de Fisioterapia v. 10, n.2,	2006	Minas Gerais	Fisioterapia
A Fisioterapia no contexto da política de saúde no Brasil: aproximações e desafios	RODRIGUES, R. M.	Perspectivas OnLine v.2, n.8	2008	Rio de Janeiro	Fisioterapia Ensino-Pesquisa
Reabilitação física no marco da Fisioterapia: Origem, evolução e transformação da profissão no Brasil	DOMÍNGUEZ, A. G. D.	Diálogos Revista Electrónica de História	2008	Costa Rica	Origem e evolução da Fisioterapia
A humanização e a formação do profissional em Fisioterapia	SILVA, I. D.; SILVEIRA, M. F. A.	Ciências & Saúde Coletiva v.16, s.1	2011	Paraíba	Fisioterapia

Fonte: Autora (2019).

Verificou-se que, dos seis artigos que compõem essa categoria, em relação ao tipo de revista, um artigo foi publicado na revista Diálogos Revista Electrónica de História da Universidad de Costa Rica (Costa Rica) e outros cinco foram publicados em revista nacional (três da região sudeste, um do sul e um no nordeste). Dessas revistas, apenas duas possuíam temática exclusiva da área de Fisioterapia (Revista Fisioterapia Brasil e Revista Brasileira de Fisioterapia) e nenhuma voltada para a Educação. Quanto ao período das Publicações compreendem entre 2003 a 2011 (1 artigo de 2003, 1 artigo de 2004, 1 artigo de

2006, 2 artigos de 2008 e 1 artigo de 2011). Quanto ao delineamento da pesquisa, dois artigos apresentaram abordagem qualitativa e quatro foram de revisão de literatura.

Inicialmente Silva e Silveira (2011) afirmaram que ainda se observa a formação de profissionais centrada no modelo biomédico e tecnicista, sem considerar ou considerando muito pouco as políticas públicas vigentes, o que corrobora com Cordeiro e Minayo (1997) que afirmam que a visão tecnicista continua influenciando a formação dos profissionais de saúde, com o cliente sendo visto como objeto e não como um sujeito da ação dos profissionais de saúde; as ações são centradas no seu corpo, órgão afetado. O outro artigo desse objetivo afirma que é insuficiente e inadequado definir o ensino superior pelo aprendizado de técnicas e de problemas já instalados. O mero repasse de conhecimentos, sem que haja uma visão ampla que capacite este profissional a buscar soluções e aprofundamentos, limita o fisioterapeuta a um executor de tarefas, sem capacidade para atuar com autonomia, voltando às bases do seu exercício profissional, quando era considerado um auxiliar médico (COPETTI, 2004). Em seu artigo Rodrigues (2008), apresenta a necessidade de mudanças não somente dos antigos paradigmas técnico-científicos, como também dos compromissos e responsabilidades sociais. Infere-se aqui a importância da articulação do ensino, pesquisa, extensão universitária, representações profissionais e sociedade para o maior alcance da autonomia profissional e o reconhecimento da necessidade da atenção integral por todos os atores envolvidos.

Por fim reconhece-se, neste estudo, que a transmissão e assimilação de conhecimentos, principalmente os técnicos, são necessárias no contexto atual apenas como ponto de partida, pois a competência moderna exige, dos profissionais, capacidade para construir conhecimento, acresce que Demo (1993) que é categórico ao afirmar que escutar, decorar, copiar, responder provas é muito pouco para a formação de um profissional chamado a participar de um processo histórico social com competências e habilidades desafiadoras (DOMINGUEZ, 2008).

A partir da delimitação do tema “A formação em Fisioterapia”, foram analisados nessa categoria os resultados dos artigos selecionados. No tocante ao artigo que aludia a autonomia profissional como objetivo evidenciou o

fisioterapeuta de hoje já não guarda semelhanças com seu nascedouro de “técnico de reabilitação” da década de 50. Esta evolução foi conquistada pela profissão, no campo legal e científico, por meio da competência e amadurecimento da categoria profissional o que corrobora com o monopólio do conhecimento, per si, não representa elemento nem suficiente, nem determinante, para se definir uma profissão (BARROS, 2003; LATOUR, 1989).

Por fim, o artigo que objetivou, a identidade profissional, indica a heterogeneidade do profissional em fisioterapeuta, resultado de influências do período pós-guerra modelo de saúde curativo e reabilitador. Sendo assim, para a afirmação efetiva da Fisioterapia, como profissão, torna-se então necessária a delimitação das especificidades do seu saber e do seu fazer (teoria e prática), com instrumentos próprios de apropriação e intervenção (NASCIMENTO *et al.*, 2006). Para exercer sua autoridade profissional é fundamental compreender as técnicas que serão aplicadas e ter habilidade dessa forma é possível ter reconhecimento da sociedade quanto a qualidade na prestação de serviço fisioterapêutico.

A partir das Palavras-chave Indicadores de Desempenho, Ensino Superior, Avaliação da Educação Superior, Educação Superior no Brasil, Avaliação dos Cursos de Fisioterapia e Indicador de qualidade dos Cursos de graduação brasileiros foram categorizados de acordo com seus Assuntos, como pode ser observado na Figura 8 a seguir:

Figura 8 - Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção por assunto



Fonte: Autora (2020).

Ao reunir os artigos por assuntos gerou o tema “Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção”. Em relação ao Assunto dos artigos, podem ser subdivididos em três categorias: instigar a reflexão sobre o processo avaliativo, exprimir a representação do processo avaliativo no desenvolvimento social e crescimento econômico, elaborar um painel de indicadores mais completo.

Quadro 7 , abaixo, indica os artigos que compõem o Eixo “Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção “.

Quadro 7 - Avaliação e Indicadores como ferramentas de seleção

Título	Autores	Periódico	Ano	Estado	Palavras chaves
Definição de painel de indicadores de desempenho para instituições comunitárias de ensino superior	ZANIN A et al.	Revista GUAL, Florianópolis, v.8, n.2, p.01-27	2015	Santa Catarina	Indicadores de Desempenho Ensino Superior
Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira	BERTOLIN.J . C. G.	Estudos em Avaliação Educacional, v. 22, p. 471-490,	2013	São Paulo	Indicadores de Desempenho Avaliação da Educação Superior
Criação de novos indicadores de qualidade na educação superior para compor o conceito preliminar de curso como indicador de qualidade	DOURADO, R. C.	Researhgate	2017	Santa Catarina	Educação Superior no Brasil Avaliação dos Cursos de Fisioterapia Indicador de qualidade dos Cursos de graduação brasileiros
Avaliação de cursos e instituições: sistema ou processo?	ZAGO, J. O. L; FLAUSINO, V. S.	3º Simpósio avaliação da educação superior	2017	Santa Catarina	Avaliação da Educação Superior

Fonte: Autora (2019).

Constatou-se que, essa série é constituída por quatro artigos que compõem, em relação ao tipo de revista, dois artigos foram publicado em revista nacional, sendo que uma delas voltadas a Avaliação (Estudos em avaliação educacional - FCC) e os outros dois estão em repositório de dados científico

(Researchgate e UFSC), as publicações foram predominantemente da região sul (três de Santa Catarina) e um no sudeste (São Paulo). Quanto ao delineamento da pesquisa, três artigos e quatro foram de revisão de revisão bibliográfica e um qualitativo e quantitativo.

A priori Zago e Flausino (2017) apontam que o processo de avaliação está permeado pela subjetividade do avaliador, mesmo sendo um formulário pré-formatado. Apesar de que a avaliação é estruturada nota-se que, o fundamental a prática como profissional, não é avaliado: a essência da proposta do PPP (Projeto Político Pedagógico) no currículo. Tal artigo evidencia o caráter técnico operacional, meramente verificatório que os indicadores apresentam.

De acordo com a UNESCO (2005), a educação superior demonstrou no decorrer dos séculos ampla capacidade de transformar e induzir mudanças para o progresso das sociedades e nações, ou seja, exprimir a representação do processo avaliativo no desenvolvimento social e crescimento econômico. Segundo Bertolini (2013) a educação superior pode direta ou indiretamente interferir em problemas, mediante qualidade no ensino, acessibilidade e desenvolvimento de produção científica. A questão é que a formação está reorientada a fornecer capital ao mercado, ou seja, deixa de ter o caráter de fornecer profissional ao sistema público.

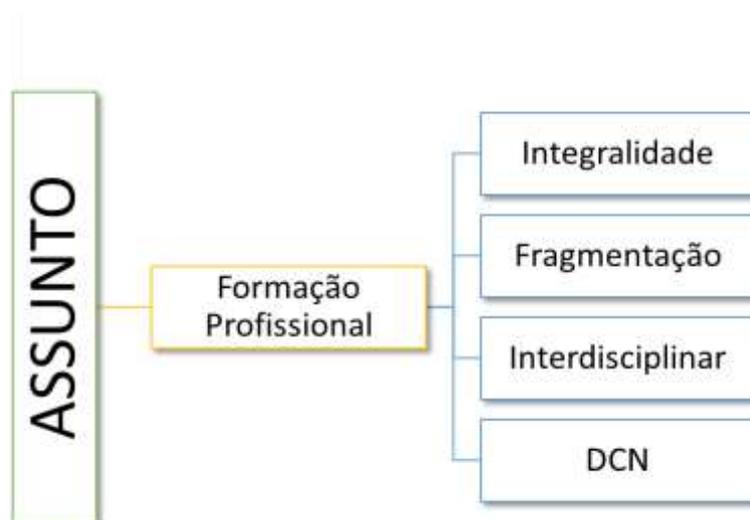
Ao apontar a falta de unanimidade sobre a estrutura as avaliações que compõem os indicadores, o artigo propõe um conjunto de indicadores elencados dentro de 4 (quatro) constructos: (I) Ensino; (II) Pesquisa; (III) Extensão; (IV) Gestão. Tal ferramenta agrega aos modelos de avaliação de indicadores, por ser utilizada em avaliações externas e aplicado para avaliação interna conforme Zanin *et al.* (2015) sugere de forma isolada ou atrelado ao planejamento estratégico, inserindo-se os indicadores necessários de acordo com os projetos estratégicos.

De acordo com o artigo a expansão dos cursos de graduação acarretou a necessidade do sistema de avaliação precisou se adaptar para assegurar a qualidade e regulação de tais cursos. Contudo não é possível que as visitas *in loco* acompanhem tal crescimento por questões econômicas e técnicas (quantidade de avaliadores). Tal dificuldade reflete na suficiência do indicador, como representante toda a informação sobre um curso ou instituição. O autor

afirma que qualidade da educação deve e pode ser avaliada em diversos níveis: acesso, permanência, aprendizado e conclusão.

A partir das Palavras-chave Fisioterapia, Diretrizes Curriculares e Currículo foram categorizados de acordo com seus Assuntos, como pode ser observado na Figura 9:

Figura 9 - Diretrizes Curriculares e o Currículo por assunto



Fonte: Autora (2020).

Com relação ao tema da categoria “Diretrizes Curriculares e o Currículo”, os artigos apontam a discrepância entre a fundamentação teórica das DCN e aplicação das IES nas PPP para o curso de Fisioterapia e o Currículo durante o curso.

O Quadro 8 a seguir, apresentar a segunda temática, denominada “Diretrizes Curriculares e o Currículo”, composta por cinco artigos.

Quadro 8 - Diretrizes Curriculares e o Currículo.

Título	Autores	Periódico	Ano	Estado	Palavras chaves
A Atenção Básica como Campo de Atuação da no Brasil: ressignificando a prática profissional	FREITAS, M. S.	(Repositório)	2006	Rio de Janeiro	Fisioterapia; Diretrizes Curriculares

Continua...

...Continuação.

Título	Autores	Periódico	Ano	Estado	Palavras chaves
Projeto Pedagógico Interdisciplinar Na E Para a Formação Do Fisioterapeuta: Dialogando Com As Diretrizes Curriculares	HAAS, C. M.; NICIDA, D. P	Revista Teórica e Prática da Educação v. 12, n. 1	2009	São Paulo	Fisioterapia Diretrizes Curriculares
Um projeto político-pedagógico de graduação em Fisioterapia pautado em três eixos curriculares	SIGNORELLI, M. C. et al.	Fisioterapia em Movimento v. 23, n. 2	2010	Paraná	Fisioterapia Currículo
Análise Crítica Das Práticas Na Atenção Primária À Saúde Com Base Nos Relatos Dos Estudantes Do Curso De Fisioterapia	MEDEIRO S, D. K. S.; NEVES, R. D. F	Revista Baiana de Saúde Pública v. 37, n. 1	2013	Bahia	Diretrizes Fisioterapia
A formação acadêmica do fisioterapeuta para sua atuação na gestão em saúde	COSTA, C. R. S.; MONTAGNA	ABCS Health Sciences v. 40, n. 3	2015	São Paulo	Fisioterapia Currículos Diretrizes Curriculares

Fonte: Autora (2019).

Os cinco artigos analisados nesta categoria foram publicados em revistas nacionais, uma relacionada à área de Fisioterapia (Fisioterapia em Movimento) e uma voltada para área da Educação (Revista Teórica e Prática da Educação). Dos cinco artigos, três advindos da região sudeste, um sul e um nordeste. No que diz respeito ao delineamento da pesquisa, um foi de abordagem qualitativa, um relato de experiência, um de revisão integrativa e um artigo de reflexão.

Os assuntos dos quatro artigos analisados foram diversos e englobaram: da integralidade, sinalizada na DCN na formação do profissional em Fisioterapia; a fragmentação do currículo no curso de graduação em Fisioterapia e a importância do caminho interdisciplinar para a formação do fisioterapeuta. Da mesma forma, evidenciaram diferentes resultados: o primeiro artigo revelou que os estudantes de Enfermagem depositam suas expectativas com relação ao uso de Metodologias Ativas nos conteúdos de didática, comunicação humana, como

forma de favorecer o processo ensino-aprendizagem (DOMENICO; MATHEUS, 2009).

Em três dos artigos evidenciam, a importância da integralidade, sinalizada na DCN na formação do profissional em Fisioterapia. Costa e Montagna (2015) revelaram que as universidades/instituições ainda optam por formar um fisioterapeuta generalista, independente do perfil exigido pelo mercado. Além disso, destacam a importância das universidades/instituições como principal recurso de formação de profissionais fisioterapeutas qualificados para atuarem na gestão de serviços de saúde, adquirindo no ensino competências que possam possibilitar práticas gerenciais articuladas, que tenham como produto final a integralidade, equidade, universalidade, qualidade da assistência e satisfação do usuário.

Em seu artigo Freitas (2006), afirma que o tema integralidade possui grande relevância como um assunto central para a discussão das ressignificações das práticas em saúde. Dentro do objetivo deste trabalho, sugerimos sua interlocução com os possíveis caminhos da Fisioterapia na atenção básica. Semelhantemente Ceccim e Feuerwerker (2004), conforme citado por Costa e Montagna (2015), afirmam haver necessidade de mudanças na graduação das profissões de saúde, apontam para a reorientação do currículo dos cursos, tendo como eixo norteador a integralidade da atenção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação como uma das medidas para atender ao sistema de saúde vigente no país.

No entanto, Medeiros e Neves (2013) defendem que as práticas ditas interdisciplinares e de integralidade precisam ser repensadas e seus conceitos fundamentais merecem ganhar notoriedade a formação para o SUS seja uma realidade contínua e progressiva na carreira estudantil. Visto que o currículo é focado em objetivos e conteúdo, abordado por áreas de competências e constituído por práticas que enfatizam a memorização e a reprodução de conhecimentos, colaborando para uma formação pouco eficiente para lidar com a complexidade que a integralidade requer.

Foi analisado nessa categoria a fragmentação dos currículos no curso de graduação em Fisioterapia, acresce segundo Signorelli (2010) apresenta em seu artigo o e as questões relevantes para a formação do projeto pedagógico e bases teóricas que sustentam o mesmo. Enfatiza que os PPP's dos cursos de

Fisioterapia da maioria das IES parecem perpétuos, intocáveis e distantes de qualquer possibilidade de ação reflexiva que gere transformações. Em outras palavras, a fragmentação existente em currículos tradicionais, revela tecnicismo com que as carreiras acadêmicas vêm direcionando a formação na área da Saúde. Nesse sentido, refletiu-se sobre a importância da universidade na construção do conhecimento e na produção de saberes, tornando o indivíduo capaz de resolver problemas e promover mudanças. Dessa forma, ensino-pesquisa-extensão não pode caracterizar-se por práticas isoladas e com finalidade exclusivamente acadêmica.

O artigo de Haas e Nicida (2009), demonstra a importância do caminho interdisciplinar para a formação do fisioterapeuta, tal qual requer mudanças ao raciocinar e de inter-relacionar problemas e soluções. Os autores enfatizam que as finalidades da educação precisam ser reformuladas para atender às novas demandas sociais. O ensino precisa ser mais crítico e menos formal, mais dinâmico e menos conservador, mais interdisciplinar e menos especializado. O currículo, às vezes, torna-se só uma lista que abrange aulas teóricas, práticas e estágios. Por meio da elaboração de um currículo bem estruturado que equilibra as disciplinas científicas com as humanitárias, permeadas pela pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de que o profissional em Fisioterapia, possa estar capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, resultou no perfil generalista, no entanto de cunho reabilitador. Tendo em vista, que o Currículo do Curso de Fisioterapia é fragmentado, decorado e expositivo, não favorece a uma formação humanista, crítica e reflexiva. Acarretando a dificuldade de resolução de questões imprevistas, tudo aquilo que foge do protocolo aprendido. Ora, a aquisição de conhecimento é ímpar a cada indivíduo, o estímulo ao conhecimento crítico deve resultar a capacidade de formular respostas para quaisquer eventualidades.

O Currículo deve ser formulado, com base nas DCN que estão atreladas as necessidades da saúde pública no Brasil e por meio dos objetivos do SUS, porém, a influência do mercantilismo na formação, faz com que o formando tenha um perfil de profissional pronto para a prestação de serviço fisioterapêutico para os setores privados como em hospitais, clínicas, estéticas e indisponível e/ou inábil a questões públicas, à carência da comunidade.

Embora haja evolução da avaliação da educação superior, como foi demonstrado, realizada no Brasil nas últimas décadas pelo Estado e pela competitividade de mercado, há grande dificuldade em mensurar o saber. Posto isto, a necessidade de avaliar o curso de graduação em Fisioterapia é evidente, não apenas na estrutura da IES que oferta o curso, mas dinâmica que ocorre os processos de ensino aprendizagem, a metodologia aplicada e a capacidade do estudante a buscar conhecimento, ou seja, de forma mais prática e menos institucionalizada.

Portanto, o ensino superior deve ser visto como formador de profissional em fisioterapia e como cidadão. Para isto o Currículo deve ser inovador, refletir na capacidade cidadão/profissional a desenvolver em meio a comunidade tanto o seu papel como fisioterapeuta como agente de capital humano. Transformando a visão do formando que ora era linear e pontual em rede que engloba todo o contexto e questões que envolvem o cliente que será beneficiado pelo atendimento fisioterapêutico.

Mediante o exposto, torna-se viável reformular e reorganizar a avaliação para os indicadores, de forma que incorpore o Currículo e metodologias de ensino, tendo em vista que os indicadores utilizados atualmente não são suficientes para determinar a qualidade de um curso frente ao conhecimento e habilidades, bem como, de uma instituição.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008.

BARROS, F. B. M. Autonomia Profissional do Fisioterapeuta ao longo da história. **Revista Fisio Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, n. 59, p.20-31, 2003.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização – período 1994-2003**. 2007. 282 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007a.

BERTOLIN, J. C. G. Indicadores em Nível de Sistema para Avaliar o Desenvolvimento e a Qualidade da Educação Superior Brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 2, p. 309-331, jun. 2007b.

BERTOLIN, J.C. G. Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, SP, v. 22, p. 471-490, 2013.

BISPO JUNIOR, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.15, p.1627-1636, 2010.

BOTELHO, L.L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, MG. v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/agosto 2011.

BOTTANI, N. Ilusão ou ingenuidade? Indicadores de ensino e políticas educacionais. **Educação e Sociedade** ano XIX, n.7, v. 65, dez. 1998.

BRANDENBURG, C.; MARTINS, A. B. T. **Fisioterapia: história e educação**. XI Encontro Cearense de História da Educação (ECHE), I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação (ENHIME). Fortaleza: Imprece. p.1674-1684, 2012

BRASIL. Ministros da marinha de guerra, do exército e da aeronáutica militar. **Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969**. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 out. de 1969, p. 8658. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-938-13-outubro-1969-375357-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jul.2019.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de novembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 jul.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 639, de 13 de maio de 1997**. Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários, para o sistema federal de ensino superior. Portaria nº 639, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários, para o sistema federal de ensino superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p639.pdf>. Acesso em: 06 ju.2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 4/2002, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Diário Oficial da União, 4 de março de 2002. Seção 1, p.11- 26.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de maio de 2006. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-norma-pe.html>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Diário Oficial da União, 13 dez. 2007, p.39-43. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf. Acesso em:12 jul. 2019.

BRASIL. **Portaria normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008**. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=670-sesu-port-04-2008-pdf&Itemid=30192. Acesso em:12 jul. 2019.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Diário Oficial da União, 27 ago. 2018, p. 99. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/portaria_normativa_GM-MEC_n840_de_24082018.pdf. Acesso em: 26 set.2019

BRASIL. INEP. **NOTA TÉCNICA Nº 56/2019/CGCQES/DAES, 5 de agosto de 2019**. Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos a seguir foram definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2018/nt_56-2019_CPC-2018.pdf. Acesso em: 26 set. 2019

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 5/2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. **Diário Oficial da União**. 9 de novembro de 2001. Seção 1, p.39.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. v.6, n. 2, p.179-191, jul./dez. 2013.

CASTRO, C. M. **Educação Brasileira** - Consertos e Remendos. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2007.

CECCIM R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. **Physis**. v.14, n.1, p. 41-65, 2004.

CENTURIÃO, C. C. H. **Prevenção em Fisioterapia**: um estudo da formação profissional do fisioterapeuta no estado do Rio Grande do Sul (Dissertação). Santa Maria, RS. Universidade Federal de Santa Maria; 1997.

COBRA, M. N.; SILVA, M. A. M.; SHIMODA, E. **A Competência Docente e o Reflexo na Formação do perfil do egresso previsto nas DCN do Curso de Graduação em Fisioterapia**. Saberes e Competências em Fisioterapia. 1.ed. São Paulo: Atena, 2018.

COELHO, M. L.; DALBEN, A. I. L. F. **As políticas de expansão do acesso ao ensino superior na consolidação das universidades no Brasil**. In: O 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo, SP, 2011.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. (Texto para discussão, n. 1287). Brasília, DF: Ipea, p. 32, 2007.

CORDEIRO, H.; MINAYO, C. Saúde: concepções e políticas públicas. In: AMÂNCIO FILHO A. A., MOREIRA, C. G., organizadores. **Saúde, trabalho e formação profissional**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz p. 49-61, 1997.

COOPER, H. M. **Integrating Research**: a guide for literature reviews. London: SAGE publication, 2. ed. v.2, p.155, 1989.

COOPER, H. M. **The integrative research review**: a systematic approach. Beverly Hills: Sage Publications, 1984.

COPETTI, S. M. B. Fisioterapia: de sua origem aos dias atuais. **Revista in Pauta**, v.2, n.2, p.11–23, 2004.

COSTA, C. R. S.; MONTAGNA, E. A formação acadêmica do fisioterapeuta para sua atuação na gestão em saúde. **ABCS Health Sciences**, v.40, n.3, p.252–256, 2015.

DOMÍNGUEZ, A. G. D. Reabilitação física no marco da Fisioterapia: Origem, evolução e transformação da profissão no Brasil. **Diálogos Revista Electrónica**, p.422, 2008.

DOURADO, R. C. **Criação de novos indicadores de qualidade na educação superior para compor o conceito preliminar de curso como indicador de qualidade**. (Dissertação). Florianópolis, SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

FERNANDES, D. R. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. **Revista da FAE**, Curitiba, PR, v.7, n.1, p.1-18. jan./jun. 2004.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, SP: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FREITAS, A. L. P.; RODRIGUES, S. G.; COSTA, H. G. Emprego de uma abordagem multicritério para classificação do desempenho de Instituições de Ensino Superior. **Revista Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, v.17, n.65, p. 655-674, out./dez. 2009.

FREITAS, M. S. A. **Atenção Básica como Campo de Atuação da Fisioterapia no Brasil**: as Diretrizes Curriculares ressignificando a prática profissional. Tese (doutorado) - Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRIKOSKI, C.M. O SINAES e a política de desenvolvimento da educação superior. *In*: SOUSA, José Vieira (Org.). **Expansão e avaliação da educação superior brasileira**: formatos, desafios e novas configurações. Belo Horizonte: Fino Traço; Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, p.157-175, 2015.

HAAS, C. M.; NICIDA, D. P. Projeto pedagógico interdisciplinar na e para a formação do fisioterapeuta: dialogando com as Diretrizes Curriculares. **Revista Teórica e Prática Da Educação**, v.12, n.1, p. 17–23, 2009.

LAVOR, J. F. **Qualidade da gestão acadêmica e da docência em cursos de graduação**: validando relações com o Conceito Preliminar de Cursos (CPC). 2014. 180 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE, 2014.

MARQUES, A.P., SANCHES, E.L. Origem e evolução da Fisioterapia: aspectos históricos e legais. **Revista Fisioterapia Universidade de São Paulo**. São Paulo, SP, v.1, n.1, jul./dez. 1994.

MARQUES, A.P. Fisioterapia: a importância da união para a valorização da profissão. **Fisioterapia E Pesquisa**. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, v.22, n.3, p. 212-212. 2015.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Em Perspectiva**, v.14, n.1, 2000.

MEDEIROS, D. K. S.; NEVES, R. D. F. Análise crítica das práticas na atenção primária à saúde com base nos relatos dos estudantes do curso de Fisioterapia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, BA, v.37, n.1, p.87-105, 2013.

MENDES, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Enfermagem**, Florianópolis, SC, v.17, n. 4, out./dez. 2008.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**. 3. ed., Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 2001.

NASCIMENTO, M. C. et. al. A profissionalização da Fisioterapia em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, SP, v.10, n.2, 2006.

NUNES, E. O.; FERNANDES, I.; ALBRECHT, J. **Regulação e ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório Universitário, 2014. (Documento de Trabalho, n.112).

OLIVEIRA, E.T.; PICONEZ, S. C. B. Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 833-851, nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Glossary of health promotion terms**. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

REBELATTO, J. R.; BOTOMÉ, S.P. **Fisioterapia no Brasil**. São Paulo, SP: Manole, 1987.

RISTOFF, D. I. O SINAES e seus desafios. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 1, p. 179-183, mar. 2004.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.** Educação contemporânea. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SIGNORELLI, M. C. et al. Um projeto político-pedagógico de graduação em fisioterapia pautado em três eixos curriculares. **Fisioterapia Em Movimento**, v. 23, n.2, p. 331–340, 2010.

SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. **Revista Campinas: Autores Associados**, 2010.

SILVA, I. D.; SILVEIRA, M. DE F. A. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. **Ciências Saúde Coletiva**, v.16, s.1, 1535–1546, 2011.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015.

SILVA, M. C.; CÉZAR, A. P. F. **Aprendizagem e o currículo no ensino superior: algumas considerações sobre adaptação curricular.** In: XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2015, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação (EDUCERE): formação de professores, complexidade e trabalho docente. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, p. 23241-23251, 2015.

SILVA, I. D.; SILVEIRA, M. F. A. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. **Ciência Saúde Coletiva**. v.16, n.1, p.1535-1546, 2011.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** 9. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2003.

WHITTEMORE R, KNAFL K. The integrative review: update methodology. **J. Adv. Nurs.** v.52, n.5, p.546-53, 2005.

YONEZAWA, A.; KAISER, F. **System-level and strategic indicators for monitoring higher education in the twenty-first century.** Studies on higher education. Bucharest: UNESCO-CEPES, 2003.

ZAGO, J.O.L; FLAUSINO, V.S. Avaliação de Cursos e Instituições: Sistema ou Processo? **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis, SC, 2017.

ZANDEVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, 2009.

ZANIN, A. et al. Definição de painel de indicadores de desempenho para instituições comunitárias de ensino superior. **Revista Gestão Universitária da América Latina-GUAL**, Florianópolis, SC, v. 8, n. 2, p. 01-27, maio 2015.

ANEXO A

**Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Diretoria de Avaliação da Educação Superior**

QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE – ENADE 2019

Caro (a) estudante,

Este questionário constitui um instrumento importante para compor o perfil dos participantes do Enade e é uma oportunidade para você avaliar diversos aspectos do seu curso e formação.

Sua contribuição é extremamente relevante para melhor conhecermos aspectos das condições de oferta de seu curso e da qualidade da Educação Superior no país. As respostas às questões serão analisadas em conjunto, por curso de graduação, preservando o sigilo da identidade dos participantes.

Este instrumento deve ser preenchido exclusivamente por você, não sendo admitidas quaisquer manipulações, influências ou pressões de terceiros.

Caso você perceba alguma das situações acima, configurando tentativa de manipulação do preenchimento do questionário, entre em contato com o Inep por meio do 'Fale Conosco' disponível no Portal do Inep.

Para responder, basta clicar sobre a alternativa desejada. O questionário será enviado ao Inep apenas quando, na última página, for acionado o botão "Finalizar", indicando o preenchimento total do instrumento. A finalização do questionário será pré-requisito para a visualização do local de prova, que se tornará disponível a partir da data prevista no edital desta edição do Enade.

Agradecemos a sua colaboração!

1. Qual o seu estado civil?

- A () Solteiro(a).
- B () Casado(a).
- C () Separado(a) judicialmente/divorciado(a).
- D () Viúvo(a).
- E () Outro.

2. Qual é a sua cor ou raça?

- A () Branca.
- B () Preta.
- C () Amarela.
- D () Parda.
- E () Indígena.
- F () Não quero declarar.

3. Qual a sua nacionalidade?

- A () Brasileira.
- B () Brasileira naturalizada.
- C () Estrangeira.

4. Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?
- A Nenhuma.
 - B Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
 - C Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
 - D Ensino Médio.
 - E Ensino Superior - Graduação.
 - F Pós-graduação.
5. Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?
- A Nenhuma.
 - B Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
 - C Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
 - D Ensino médio.
 - E Ensino Superior - Graduação.
 - F Pós-graduação.
6. Onde e com quem você mora atualmente?
- A Em casa ou apartamento, sozinho.
 - B Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes.
 - C Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos.
 - D Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república).
 - E Em alojamento universitário da própria instituição.
 - F Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro).
7. Quantas pessoas da sua família moram com você? Considere seus pais, irmãos, cônjuge, filhos e outros parentes que moram na mesma casa com você.
- A Nenhuma.
 - B Uma.
 - C Duas.
 - D Três.
 - E Quatro.
 - F Cinco.
 - G Seis.
 - H Sete ou mais.
8. Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?
- A Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.497,00).
 - B De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.497,01 a R\$ 2.994,00).
 - C De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.994,01 a R\$ 4.491,00).
 - D De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.491,01 a R\$ 5.988,00).
 - E De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 5.988,01 a R\$ 9.980,00).
 - F De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 9.980,01 a R\$ 29.940,00).
 - G Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 29.940,00).
9. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira (incluindo bolsas)?
- A Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.
 - B Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.
 - C Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.
 - D Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.
 - E Tenho renda e contribuo com o sustento da família.
 - F Sou o principal responsável pelo sustento da família.

10. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas)?
- A () Não estou trabalhando.
 - B () Trabalho eventualmente.
 - C () Trabalho até 20 horas semanais.
 - D () Trabalho de 21 a 39 horas semanais.
 - E () Trabalho 40 horas semanais ou mais.
11. Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A () Nenhum, pois meu curso é gratuito.
 - B () Nenhum, embora meu curso não seja gratuito.
 - C () ProUni integral.
 - D () ProUni parcial, apenas.
 - E () FIES, apenas.
 - F () ProUni Parcial e FIES.
 - G () Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal.
 - H () Bolsa oferecida pela própria instituição.
 - I () Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra).
 - J () Financiamento oferecido pela própria instituição.
 - K () Financiamento bancário.
12. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de auxílio permanência? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A () Nenhum.
 - B () Auxílio moradia.
 - C () Auxílio alimentação.
 - D () Auxílio moradia e alimentação.
 - E () Auxílio permanência.
 - F () Outro tipo de auxílio.
13. Ao longo da sua trajetória acadêmica, você recebeu algum tipo de bolsa acadêmica? No caso de haver mais de uma opção, marcar apenas a bolsa de maior duração.
- A () Nenhum.
 - B () Bolsa de iniciação científica.
 - C () Bolsa de extensão.
 - D () Bolsa de monitoria/tutoria.
 - E () Bolsa PET.
 - F () Outro tipo de bolsa acadêmica.
14. Durante o curso de graduação você participou de programas e/ou atividades curriculares no exterior?
- A () Não participei.
 - B () Sim, Programa Ciência sem Fronteiras.
 - C () Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Federal (Marca; Brafitec; PLI; outro).
 - D () Sim, programa de intercâmbio financiado pelo Governo Estadual.
 - E () Sim, programa de intercâmbio da minha instituição.
 - F () Sim, outro intercâmbio não institucional.
15. Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social?
- A () Não.
 - B () Sim, por critério étnico-racial.
 - C () Sim, por critério de renda.
 - D () Sim, por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos.

- E () Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores.
 F () Sim, por sistema diferente dos anteriores.

16. Em que unidade da Federação você concluiu o ensino médio?

- | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|-------------------|
| () AC | () DF | () MT | () RJ | () SE |
| () AL | () ES | () PA | () RN | () SP |
| () AM | () GO | () PB | () RO | () TO |
| () AP | () MA | () PE | () RR | () Não se aplica |
| () BA | () MG | () PI | () RS | |
| () CE | () MS | () PR | () SC | |

17. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- A () Todo em escola pública.
 B () Todo em escola privada (particular).
 C () Todo no exterior.
 D () A maior parte em escola pública.
 E () A maior parte em escola privada (particular).
 F () Parte no Brasil e parte no exterior.

18. Qual modalidade de ensino médio você concluiu?

- A () Ensino médio tradicional.
 B () Profissionalizante técnico (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro).
 C () Profissionalizante magistério (Curso Normal).
 D () Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Supletivo.
 E () Outra modalidade.

19. Quem lhe deu maior incentivo para cursar a graduação?

- A () Ninguém.
 B () Pais.
 C () Outros membros da família que não os pais.
 D () Professores.
 E () Líder ou representante religioso.
 F () Colegas/Amigos.
 G () Outras pessoas.

20. Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo?

- A () Não tive dificuldade.
 B () Não recebi apoio para enfrentar dificuldades.
 C () Pais.
 D () Avós.
 E () Irmãos, primos ou tios.
 F () Líder ou representante religioso.
 G () Colegas de curso ou amigos.
 H () Professores do curso.
 I () Profissionais do serviço de apoio ao estudante da IES.
 J () Colegas de trabalho.
 K () Outro grupo.

21. Alguém em sua família concluiu um curso superior?

- A () Sim.
 B () Não.

22. Excetuando-se os livros indicados na bibliografia do seu curso, quantos livros você leu neste ano?
- A Nenhum.
 - B Um ou dois.
 - C De três a cinco.
 - D De seis a oito.
 - E Mais de oito.
23. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedicou aos estudos, excetuando as horas de aula?
- A Nenhuma, apenas assisto às aulas.
 - B De uma a três.
 - C De quatro a sete.
 - D De oito a doze.
 - E Mais de doze.
24. Você teve oportunidade de aprendizado de idioma estrangeiro na Instituição?
- A Sim, somente na modalidade presencial.
 - B Sim, somente na modalidade semipresencial.
 - C Sim, parte na modalidade presencial e parte na modalidade semipresencial.
 - D Sim, na modalidade a distância.
 - E Não.
25. Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso?
- A Inserção no mercado de trabalho.
 - B Influência familiar.
 - C Valorização profissional.
 - D Prestígio Social.
 - E Vocação.
 - F Oferecido na modalidade a distância.
 - G Baixa concorrência para ingresso. H Outro motivo.
26. Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?
- A Gratuidade.
 - B Preço da mensalidade.
 - C Proximidade da minha residência.
 - D Proximidade do meu trabalho.
 - E Facilidade de acesso.
 - F Qualidade/reputação.
 - G Foi a única onde tive aprovação.
 - H Possibilidade de ter bolsa de estudo. I
 - I Outro motivo.

A seguir, leia cuidadosamente cada assertiva e indique seu grau de concordância com cada uma delas, segundo a **escala** que varia de **1 (discordância total)** a **6 (concordância total)**. Caso você julgue não ter elementos para avaliar a assertiva, assinale a opção “Não sei responder” e, quando considerar não pertinente ao seu curso, assinale “Não se aplica”.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA/INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES FÍSICAS/OPORTUNIDADES DE AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL	① Discordo Totalmente	②	③	④	⑤	⑥ Concordo Totalmente	
27. As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
28. Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
29. As metodologias de ensino utilizadas no curso desafiaram você a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
30. O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
31. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
32. No curso você teve oportunidade de aprender a trabalhar em equipe.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
33. O curso possibilitou aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
34. O curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
35. O curso contribuiu para você ampliar sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
36. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica

37. As relações professor-aluno ao longo do curso estimularam você a estudar e aprender.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
38. Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
39. As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para seus estudos e aprendizagens.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
40. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
41. A coordenação do curso esteve disponível para orientação acadêmica dos estudantes.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
42. O curso exigiu de você organização e dedicação frequente aos estudos.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
43. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
44. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
45. O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
46. A instituição ofereceu oportunidades para os estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
47. O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
48. As atividades práticas foram suficientes para relacionar os conteúdos do curso com a prática, contribuindo para sua formação profissional.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica

49. O curso propiciou acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
50. O estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
51. As atividades realizadas durante seu trabalho de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
52. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
53. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
54. Os estudantes participaram de avaliações periódicas do curso (disciplinas, atuação dos professores, infraestrutura).	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
55. As avaliações da aprendizagem realizadas durante o curso foram compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados pelos professores.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
56. Os professores apresentaram disponibilidade para atender os estudantes fora do horário das aulas.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
57. Os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
58. Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeter multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem).	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
59. A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
60. O curso disponibilizou monitores ou tutores para auxiliar os estudantes.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
61. As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica

62. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
63. Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
64. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
65. A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso a obras disponíveis em acervos virtuais.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
66. As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula possibilitaram reflexão, convivência e respeito à diversidade.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
67. A instituição promoveu atividades de cultura, de lazer e de interação social.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica
68. A instituição dispôs de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários.	①	②	③	④	⑤	⑥	() Não sei responder () Não se aplica